

# Sumário

Número de notícias: 39 | Número de veículos: 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ICMS de compras on-line pode ir para 25% ..... 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gastos com saúde lideram a retenção na malha fina ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Grupo quer barrar multa por erro tributário ..... 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Distribuidora tem vitória de R\$ 2 bi no Carf sobre "gatos" ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Após nova surpresa, economistas tentam ajustar ponteiros ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo teve superávit de R\$ 13 bi em março, calcula Ipea ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Frentes atuam para evitar multas durante transição ..... 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - ANANINDEUA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ir de motoristas de aplicativos tem dedução de 40% ..... 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Prefeitos voltarão a Brasília para pressionar deputados ..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo estuda reajuste a servidores acima de 19% até 2026 ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Ajuda da receita das empresas para quadro fiscal deve perder fôlego ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
SEGURIDADE SOCIAL

STF possibilita cobrança bilionária de PIS e Cofins sobre locação de bens ..... 17

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS vai bloquear todos os descontos de aposentados ..... 19

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Polícia Federal vai investigar possíveis irregularidades ..... 21

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Voa Brasil vai decolar na próxima semana ..... 22

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

**INSS bloqueia novas adesões a associações** ..... 23

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

**Declarar dependente no Imposto de Renda pode aumentar restituição; confira as regras**  
..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Tributação sobre alimentos se toma embate na reforma** ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**A difícil regulação do Imposto Seletivo - OPINIÃO JURÍDICA** ..... 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Grupo sonegou R\$ 45 milhões** ..... 32

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Ao antecipar gastos, governo sabota sua credibilidade fiscal (Editorial)** ..... 33

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Recriação do seguro obrigatório reflete sanha arrecadatória do governo (Editorial)**  
..... 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Brasil busca solução multilateral para assegurar equilíbrio no uso de IA** ..... 35

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**IVA-dual: o Imposto e a Contribuição sobre o consumo da reforma (Artigo)** ..... 37

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Varejo surpreende e analistas falam em crescimento com "melhor qualidade" - MERCADO S/A**  
..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

**BC da Argentina reduz juros e atribui decisão à queda na inflação** ..... 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Brasil vê juro sob pressão e dólar em alta com cenário econômico nos EUA** ..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Falta de perspectiva para redução da dívida pública pressiona juros** ..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Varejo tem avanço forte, e mercado vê risco para corte maior da Selic** ..... 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Incerteza sobre queda dos juros nos EUA deve atrasar oferta bilionária do BRB - COLUNA  
BROADCAST** ..... 46

O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Eleitor vê economia do país pior que a estadual .....	48
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Varejo surpreende com crédito, emprego e renda favoráveis .....	49
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Inflação ameaça plano eleitoral de Biden .....	51
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Economia global tem década moma, diz FMI .....	53
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Pioram cenários externo e interno para a inflação (Editorial) .....	54
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS ECONOMIA	
Conab faz novo corte em estimativa de colheita .....	56
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Mau humor continua a afetar ativos locais .....	57
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
BCE mantém juros e mercado vê corte em junho, antes do Fed .....	59
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
A tentação dos bancos centrais e o risco .....	60

# ICMS de compras on-line pode ir para 25%

Representantes de governos estaduais discutem um aumento de 17% para 25% na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativa às compras feitas nos sites de e-commerce internacionais que aderiram ao programa Remessa Conforme, da **Receita Federal**.

Uma eventual mudança pesará no bolso dos consumidores utilizam plataformas como Shein, Shopee e AliExpress.

O salto no volume de remessas feitas ao Brasil por essas empresas tem incomodado as varejistas nacionais, que veem concorrência desleal e pressionam por um tratamento igualitário.

O debate sobre a nova alíquota ocorreu ontem durante a 44ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), em Fortaleza.

Em nota, após o encontro, o Comitê disse estar buscando um tratamento tributário equitativo para a indústria e o comércio nacionais.

"O compromisso com a equidade e justiça tributária no Brasil é um dos pilares que norteiam as Fazendas estaduais. Corolário deste princípio é o tratamento tributário isonômico dos produtos importados com os resultantes da produção e circulação nacionais, uma vez que este equilíbrio tem reflexo direto na manutenção do emprego e da renda dos brasileiros, o que se constrói a partir de um ambiente de competição justo para os negócios nacionais", destacou o **comunicado**.

"Linha tenebrosa" Em nova reunião, a ser realizada nos próximos dias, o Comsefaz pretende avaliar questões alfandegárias "em perspectiva com as condições estendidas ao empreendedorismo nacional" para definir a nova alíquota de ICMS.

A taxa de 17% entrou em vigor em agosto do ano passado, com o programa que isenta a cobrança do imposto de importação para encomendas abaixo de US\$ 50 (cerca de R\$ 250). Atualmente, o único tributo que incide sobre essas compras é cobrado pelos estados.

Caso seja aprovado, o novo valor passará a ser cobrado a partir de 2025. Governadores têm pressa para aprovar o aumento, que só pode valer após a votação do Comsefaz. Eles precisam ainda homologar

a nova taxa por meio de votação nas Assembleias Legislativas estaduais.

Para o Instituto Livre Mercado (ILM), o aumento da alíquota do ICMS pode tirar o acesso e poder de compra de milhões de consumidores brasileiros de todas as classes sociais, mas principalmente das classes C, D e E. "O aumento de **impostos** nunca é bom, ainda mais em produtos que são consumidos em boa parte pelos mais pobres. O ministro Fernando Haddad segue em uma linha tenebrosa de procurar novas fontes de receita para o governo", afirmou o deputado Rodrigo Valadares (União/SE), membro da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM).

# Gastos com saúde lideram a retenção na malha fina

Erros ao declarar os gastos com saúde no Imposto de Renda foram os campeões de malha fina em 2023. Segundo a **Receita Federal**, dos 1,4 milhão de contribuintes que tiveram a declaração retida, 42,3% foram por deduções feitas com gastos médicos. O principal motivo que leva à malha fina é que a dedução com despesas com saúde não tem limite de valor. Com isso, contribuintes acabam declarando gastos não previstos em lei ou valores fora dos que constam em documentos dos planos de saúde e recibos enviados por médicos aos fisco.

"A Receita vai atrás porque o gasto com saúde é dedutível da base de cálculo e esta diferença diminui o imposto a ser pago", explica Dilma Rodrigues, sócia da Attend Contabilidade. Com isso, o contribuinte pode aumentar a restituição ou diminuir o valor a ser pago ao fisco. O prazo de entrega da declaração começou em 15 de março e vai até 31 de maio. Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Maurício Tadeu de Luca Gonçalves, CEO da PartWork Associados e diretor da Fecontesp (Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo), alerta que uma quantia elevada de despesas médicas desperta a atenção da Receita. "Se os gastos médicos superam 40% das despesas tributáveis, quase com certeza a declaração vai cair na malha fina", diz Segundo os consultores ouvidos pela reportagem, a maioria dos casos de malha fina é motivada por uma despesa que não é permitida pela lei ou pela falta de comprovação do gasto seja por parte de quem o informou ou por quem prestou o serviço.

A recomendação é que o contribuinte tenha as notas fiscais, recibos e também comprovantes de pagamento como Pix, extrato bancário, fatura do cartão de crédito ou canhoto da folha de cheque para justificar as despesas. Os comprovantes ainda devem estar no nome do paciente, independentemente de quem pagou o valor.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Grupo quer barrar multa por erro tributário

**IANDER PORCELLA ALVARO GRIBEL BRASÍLIA**

A coalizão de frentes parlamentares que discute propostas alternativas de regulamentação da **reforma tributária** propõe que as empresas não sofram multas por erro no pagamento de **impostos** enquanto vigorar a fase de transição para as novas regras. Advogados e tributaristas que participaram dos grupos de trabalho paralelos organizados pelo Congresso com o setor produtivo avaliam que, como inicialmente haverá dois sistemas vigorando, as empresas precisarão de tempo para se adaptar.

"A gente propõe que fiquem suspensos, não sejam lavrados autos de infração durante o período de transição da reforma.

No ano de 2026, para a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, federal), e durante o período de transição do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, estadual e municipal), de 2029 a 2032. Para que o contribuinte possa efetuar o pagamento", afirmou a advogada Lina Santin, que coordena o grupo Mulheres no Tributário, durante entrevista ontem na Câmara.

"Primeiro, se faz a orientação.

Se realmente o contribuinte não se regularizar, aí, sim, faz o auto de infração", complementou o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

PROPOSTAS. As frentes parlamentares têm divulgado uma série de propostas para a reforma, replicando os mesmos debates coordenados pelo Ministério da Fazenda - que criou 19 grupos para analisar as regras.

O setor produtivo também propõe uma fiscalização conjunta por meio de um convênio entre a **Receita Federal** e o comitê gestor do IBS, além de um sistema centralizado de apuração, o recolhimento em guia única para pagamento dos **tributos** e a emissão de uma nota fiscal eletrônica.

Pela proposta, quando a fiscalização encontrar irregularidades, haverá uma negociação feita por um intermediador indicado pela autoridade administrativa. Esse mediador poderá propor transações com descontos no principal, juros e multas.

Caso não haja acordo com o contribuinte, ele será notificado e haverá julgamento.

A proposta das frentes parlamentares é de que, na primeira instância, os casos sejam analisados por Delegacias Regionais Tributárias, compostas por representantes do comitê gestor do IBS e da Receita. Na segunda instância, a análise seria feita por Câmaras Especializadas por Matéria (Caem), vinculadas ao Conselho Nacional de Administração Tributária (CNAT).

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Distribuidora tem vitória de R\$ 2 bi no Carf sobre "gatos"

**CAPITAL RENNANSETTI** [rennan.setb@oglobo.com.br](mailto:rennan.setb@oglobo.com.br)

A Light obteve vitória da ordem de R\$ 2 bilhões, na quarta-feira, no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão que julga disputas entre contribuintes e o Fisco, segundo fontes.

A distribuidora de energia conseguiu reverter, por unanimidade, dois autos de infração que tratavam da possibilidade de dedução das chamadas perdas não-técnicas -isto é, os "gatos" de luz -da base de cálculo de imposto da companhia.

Cada auto de infração somava cerca de R\$ 1 bilhão. A Light foi representada pelos escritórios de advocacia BMA e Pinheiro Neto nos casos, que foram julgados na 4- Turma Extraordinária da 1- Seção do **Carf**. A ata e o acórdão referentes às decisões ainda serão publicados.

O alto volume de "gatos" foi um dos problemas que levaram a holding da Light a pedir recuperação judicial, no ano passado, com uma dívida de R\$ 11 bilhões. No momento em que entrou em recuperação judicial, mais da metade da energia (54%) distribuída pela companhia era furtada.

Desde o ano passado, a companhia vem mantendo longa negociação com credores debenturistas e bondholders (que investiram em títulos da companhia no mercado internacional). Com o acordo acertado ontem, a empresa ganha fôlego para a assembleia geral de credores da companhia, marcada para 25 de abril. As conversas vinham avançando nas últimas semanas e eram consideradas cruciais para o plano de recuperação da companhia.

Em paralelo, a empresa vem ganhando tempo junto aos tribunais. Ontem, a Light informou que a Justiça do Rio prorrogou por um período de mais três meses o chamado "período de blindagem", no qual ficam suspensas ações e execuções contra a empresa em recuperação judicial.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Após nova surpresa, economistas tentam ajustar ponteiros

**Anais Fernandes**

Pelo segundo mês seguido, economistas erraram feio as projeções para o comportamento do varejo em 2024.

Para janeiro, eles esperavam, de acordo com o Valor Data, alta de apenas 0,6% no varejo ampliado, que inclui veículos, material de construção e o atacarejo e é o mais relevante para o cálculo do **PIB**. Ele subiu 2,8% na comparação com dezembro de 2023.

Para fevereiro, a expectativa mediana era de queda de 1%, ante janeiro. Ontem, o IBGE divulgou um crescimento de 1,2%.

O que pode explicar tamanho desvio entre os números projetados e os de fato observados?

Economistas costumam dizer que, depois do choque da pande-mia, os modelos que eles usam para fazer suas estimativas e a sazonalidade dos dados ficaram "bagunçados". Tanto que é cada vez mais comum, ao entrevistá-los, ouvir ponderações do tipo "precisamos ter humildade" antes de qualquer consideração mais firme.

Mas parece haver mais, e os especialistas estão sempre buscando outras formas de olhar e entenderas relações econômicas.

A equipe do Itaú Unibanco observou que, na média dos anos em que houve reajuste do salário mínimo acima da **inflação**, aconteceu um pico de consumo no varejo ampliado em março, em relação aos anos em que não houve esse reajuste. Para 2024, o salário mínimo teve reajuste real.

O Itaú também observou que o desempenho da arrecadação de alguns **impostos**, como PIS, Co-fins, IPI e Imposto sobre a Importação, às vezes, antecipam o comportamento das vendas no varejo ampliado. Em fevereiro, todos subiram mais de 16%, em termos reais, ante fevereiro de 2023, acima do crescimento total das receitas, de 12,3%, como aponta a Warren Investimentos a partir dos dados da **Receita Federal**.

Reportagem do Valor antecipou que, ainda que possa vir abaixo da expectativa da Fazenda, a arrecadação diretamente administrada pela Receita deve crescer

cerca de 15% em termos nominais em março, ante igual mês de 2023, mantendo o crescimento de dois dígitos de janeiro e fevereiro.

E, se for "menos brilhante" do que nos meses anteriores, provavelmente, será por frustração mais em **impostos** ligados ao lucro das empresas, como os recolhimentos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

São sinais de que o varejo pode continuar surpreendendo para cima no curto prazo, ainda que o IGet, indicador desenvolvido pelo Santander com a GetNet, mostre uma alta forte do varejo ampliado na primeira quinzena de março e um arrefecimento na segunda.

De qualquer forma, o mercado de trabalho permanece aquecido por muito mais tempo do que os economistas poderiam imaginar e os salários sobem. Além disso, há estímulos fiscais para além do reajuste do mínimo, como o pagamento de precatórios.

O Itaú calcula que o pagamento de R\$ 96 bilhões em precatórios extras em janeiro e fevereiro, cerca de R\$ 45 bilhões desses de caráter alimentício e voltados às pessoas físicas, gera impacto positivo de 0,3 a 0,4 ponto percentual no **PIB**, dependendo da propensão marginal a consumir das pessoas-basicamente, famílias de renda mais baixa tendem a gastar o dinheiro novo mais e mais rápido, até pelas necessidades imediatas do dia a dia, como alimentação.

Com mais renda disponível, a solvência das famílias tem melhorado e a recuperação do crédito, sobretudo à pessoa física, prossegue. Não à toa, as vendas do varejo mais associado ao crédito (veículos, por exemplo) cresceram 2,4% em fevereiro, ante janeiro, enquanto aquele mais associado puramente à renda recuou 0,3%, segundo o Bradesco.

Cada vez mais, economistas veem as projeções para o **PIB** no primeiro trimestre se distanciarem de um patamar de alta de 0,5% para algo próximo de 1%, em relação aos três últimos meses de 2023.

Com isso, tem gente que já tinha uma projeção de **PIB** para 2024 acima do consenso - 2,4%, por exemplo,

ante 1,9% da mediana da pesquisa Focus - e que, agora, ainda vê viés de alta para o número. Alguns outros imaginavam um **PIB** entre 2,5% e 3% e, agora, veem a atividade chegar cada vez mais perto dessa banda superior.

Bom para o **PIB**, um alerta para a **inflação** e, consequentemente, para o espaço que o Banco Central terá para seguir cortando juros.

Na quarta-feira (10), economistas ficaram animados com a divulgação do IPCA de março, que subiu 0,16%, abaixo da expectativa mediana de 0,24%. Os serviços subjacentes - aqueles mais ligados ao ciclo econômico e que o BC acompanha de perto - no entanto, seguem ao redor de 5% em 12 meses.

Os dados divulgados sobre o varejo reforçam a necessidade de cautela por parte da condução da política monetária - no mercado de juros brasileiro, as taxas foram às máximas do ano ontem, entre outras coisas, por causa disso - e das projeções dos analistas, que aguardam, agora, a divulgação, hoje, dos dados sobre o comportamento dos serviços em fevereiro.

A expectativa mediana, segundo o Valor Data, é de uma desaceleração da alta de 0,7% em janeiro para 0,2% em fevereiro. A ver se os ponteiros de modelos e projeções se ajustam melhor dessa vez.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1&section=1)**

# Governo teve superávit de R\$ 13 bi em março, calcula Ipea

**Lu Aiko Otta**

As contas do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) encerraram o mês de março com superávit de R\$ 1,3 bilhão, segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em informações coletadas nas bases da Secretaria do Tesouro Nacional. O resultado oficial será divulgado pelo Ministério da Fazenda no fim deste mês.

De acordo com o Ipea, as receitas líquidas do governo central seguiram fortes, atingindo R\$ 166,5 bilhões, crescimento real de 10,1% na comparação com março de 2023. As despesas, por sua vez, chegaram a R\$ 165,2 bilhões, alta de 4,2% na mesma base de comparação. Em março do ano passado, o resultado primário apontou um déficit de R\$ 7,4 bilhões.

No primeiro trimestre do ano, o resultado primário está positivo em R\$ 22,9 bilhões a preços constantes de março, ante o superávit de R\$ 33,4 bilhões no mesmo período de 2023. Houve, assim, uma queda de 31,4% nessa comparação.

Nos 12 meses acumulados até março de 2024, o resultado primário do governo central é um déficit de R\$ 244,6 bilhões, ante um superávit de R\$ 29,5 bilhões nos 12 meses encerrados em março de 2023.

Apesar do bom desempenho das receitas em março, a questão que se coloca entre os técnicos é se a arrecadação crescerá o suficiente para alcançar as projeções do governo que apontam para o cumprimento da meta de zerar o déficit fiscal deste ano.

Nas projeções mais recentes, divulgadas em março, o governo estimou receitas líquidas de R\$ 2,175 trilhões e despesas de R\$ 2,184 trilhões, resultando em déficit de R\$ 9,3 bilhões - dentro da margem de tolerância da meta fiscal.

Os números coletados pelo Ipea mostram um aumento de 10,1% nas receitas líquidas do governo central em março, na comparação com março do ano passado. As receitas administradas diretamente pela **Receita Federal** cresceram 11,2% no período, ao passo que as não administradas avançaram 9,4%. As receitas previdenciárias mostraram alta de 7,4%.

Nas receitas administradas, o crescimento ocorreu em praticamente todos os itens, aponta o Ipea. O destaque ficou para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com aumento de 37,6%.

A Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) registrou alta de 17,6%, e a contribuição do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) apresentou crescimento de 42,8%.

De grande peso na arrecadação, o Imposto de Renda avançou 5%. As receitas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), por sua vez, ficaram 3% menores.

Nas receitas não administradas, o Ipea destacou a alta de 152,7% nos recolhimentos de dividendos e participações, que somaram R\$ 6,1 bilhões no mês. Já as receitas com exploração de recursos naturais ficaram 3,9% menores no mês, com R\$ 5,7 bilhões em março. A arrecadação com concessões e permissões somou apenas R\$ 100 milhões no mês, queda de 93,3% sobre março de 2023.

Pelo lado das despesas, o levantamento do Ipea mostra crescimento de 4,2% sobre 2023, influenciado principalmente pela conta de benefícios previdenciários, com aumento real de R\$ 4,1 bilhões (6,0%) e pelo pagamento de Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), com crescimento real 18,5%.

IPI, com 37,6%, e Cofins, com 17,6%, lideraram aumento da arrecadação, calcula instituto

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1&section=1>

# Frentes atuam para evitar multas durante transição

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro**

As frentes parlamentares ligadas ao setor produtivo querem proibir que autos de infração sejam aplicados às empresas no pagamento dos novos **impostos** (CBS e IBS) durante o período de transição da **reforma tributária**. A proposta consta dos projetos de lei que foram protocolados nessa quinta-feira na Câmara dos Deputados para regulamentar a reforma.

Presidente da Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo (FPE), o deputado Joaquim Passarinho

(PL-PA) afirmou que isso não significa que o contribuinte não será punido por irregularidades. "Mas não poderá ser multado diretamente. O Fisco vai autuar e avisar que está irregular, dar a oportunidade de pagamento. Se não pagar, aí poderá multar", disse.

Uma das advogadas responsáveis pela elaboração dos projetos, Lina Santin defendeu que é importante que o contribuinte tenha oportunidade de regularizar o pagamento. "A gente estará diante de um novo sistema, num momento em que ainda estarão convivendo o sistema antigo e o sistema novo, então é muito possível que erros ocorram sem que aja má-fé", disse.

O prazo de adaptação valerá para o período de transição dos novos **tributos**: até 2027 para a CBS (que é federal) e até 2032 para a CBS (que é de alçada estadual e municipal). Os textos também exigem um convênio entre a **Receita Federal** e o Comitê Gestor do IBS para fiscalização, e uma nota fiscal eletrônica e guia única de pagamento dos **tributos**.

O setor produtivo quer, antes da aplicação das multas pela Receita, a instituição de uma negociação intermediada por mediador independente (que será indicado pela autoridade administrativa). Esse mediador deverá propor uma proposta para pagamento, com abatimento no valor do principal, multas e juros, que poderá ou não ser aceito pelas partes. Se não houver acordo, a autuação será julgada pelas instâncias administrativas antes da cobrança.

As frentes parlamentares sugerem ainda que o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

(**Carf**) passe a cuidar apenas de **tributos** exclusivamente de competência da União e não participe dos julgamentos sobre conflitos na CBS e IBS. Um novo tribunal administrativo de segunda instância seria criado especificamente para dirimir dúvidas sobre esses **tributos**.

A sugestão dos empresários é criar Câmaras Especializadas por Matéria (Caem), com composição paritária entre homens e mulheres, mandatos de cinco anos, renováveis por mais cinco, e seleção por prova técnica, com análise curricular e entrevista. A composição seria ímpar, para evitar os empates - que hoje são motivo de disputa entre contribuinte e o Fisco.

No caso do **Carf**, os julgadores são indicados de forma paritária entre a Receita e os contribuintes. A mudança criaria um corpo técnico específico e, em tese, não ligado a nenhum desses lados. "Tem menos pressão por parte dos julgadores das entidades que eles representam, que hoje a gente sabe que é um problema nos julgamentos", disse Lina. Os Caem seriam responsáveis por julgar todas as questões referentes ao IBS e CBS, de modo a evitar divergências de aplicação entre o tributo federal e o imposto esta-dual/municipal.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1&section=1>

# Ir de motoristas de aplicativos tem dedução de 40%

**GABI GUTIERREZ AGÊNCIA BRASIL**

Os brasileiros têm até o dia 31 de maio para enviar a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física 2024. Mas, diferente da grande maioria dos outros contribuintes, motoristas autônomos, como Uber e taxistas, precisam estar atentos aos seus direitos. Pela lei, estes profissionais têm direito a descontar 40% de seus rendimentos na hora de calcular os ganhos registrados como tributáveis no Imposto de Renda da Pessoa Física.

Segundo o Programa do Imposto de Renda, o benefício foi inserido na legislação para compensar gastos dos motoristas com manutenção do veículo, gasolina, pneus, limpeza, entre outros.

Assunda Martins, vice-presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Pará, explica que os motoristas de aplicativo e taxistas se enquadram como profissionais autônomos e são obrigados a declarar seus rendimentos à **Receita Federal** e detalha como prestar contas com a Receita. "Por se tratar de profissionais autônomos, os motoristas de aplicativo e taxistas devem declarar os rendimentos obtidos mensalmente através do Carnê-Leão e posteriormente na Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) anualmente", explicou.

O valor a ser tributado depende de diversos fatores, incluindo o montante total dos rendimentos, as despesas e o regime tributário em que se encontram. Podendo para isso utilizar o Carnê Leão, mensalmente", explica a vice-presidente do Seson/Pa.

O carnê-leão pode ser acessado na página Meu Imposto de Renda, da **Receita Federal**.

O login pode ser feito por meio da plataforma Gov.br.

A empresária contábil, explica que, além disso, esses trabalhadores também estão sujeitos ao recolhimento da Contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), caso não estejam enquadrados como Microempreendedor Individual (MEI).

O valor do **INSS** também é calculado de acordo com uma tabela progressiva e é correspondente ao valor total dos rendimentos do mês.

Após recorrer ao carnê-leão, a ferramenta faz o cálculo automático do imposto a ser pago de acordo com o rendimento de cada mês.

Para isso, o profissional de transporte deve selecionar como ocupação a opção "Motorista e Condutor do Transporte de Passageiros". Na hora de preencher os valores recebidos, o profissional deve lembrar de descontar os 40%, conforme autorizado pela **legislação tributária**.

Rodrigo Silva é motorista de aplicativo e diretor do Sindicato de Motoristas de Aplicativo do Estado do Pará, e explica que, além de cumprir com suas obrigações fiscais, os motoristas de aplicativo e taxistas podem desfrutar de vantagens ao declarar seus rendimentos, como a possibilidade de comprovar renda para obtenção de crédito e taxas de juros mais baixas em transações financeiras.

"A vantagem para quem declara imposto de está comprovando verdadeiramente que oferece valores que são compatíveis para que ele possa conseguir ter uma linha de crédito e conseqüentemente adquirir um veículo, por exemplo. Esse motorista, evidentemente, vai conseguir percentuais de taxas menores, por justamente ter uma condição de comprovar uma renda", completou.

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-2089ca9ea64aa21893be3cbe134a8a1b.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-2089ca9ea64aa21893be3cbe134a8a1b.pdf)

# Prefeitos voltaram a Brasília para pressionar deputados

**ALESSANDRAMELLO**

Prefeitos mineiros vão de novo ocupar Brasília para pressionar os deputados a não votar o Projeto de Lei 1027/24, de autoria dos deputados José Guimarães (PT-CE) e Odair Cunha (PT-MG), que reonera, gradativamente, de 14% até 18%, o **INSS** da folha de pagamento das cidades com população de até 50 mil habitantes e receita líquida (RCL) per capita de até R\$ 3.895. O PL teve regime de urgência aprovado pelos deputados no início desta semana e deve ser debatido em plenário na próxima terça-feira.

O presidente da Associação Mineira dos Municípios (AMM), Marcos Vinícius Bizarro (sem partido), disse que o movimento municipalista foi pego de surpresa pelo pedido de votação em regime de urgência, aprovado no mesmo dia em que os prefeitos se reuniram em Brasília para articular uma proposta alternativa ao PL 1027/24 e tentar resolver o embate entre governo federal e prefeitos em torno da desoneração. Segundo ele, o PL é inconstitucional, pois trata de maneira desigual os entes da federação. Além disso, ele criticou o fato de o governo ter pedido urgência sem dialogar antes com os prefeitos.

"Literalmente esse projeto, apresentado pelos deputados, mas na verdade o autor é o governo federal, vai acabar de vez com a desoneração da folha. Em um primeiro momento vão selecionar alguns municípios e já de cara, este ano, a alíquota chegaria em 14%. Isso não nos atende", afirmou o presidente da AMM, que é prefeito de Coronel Fabriciano.

"Nós precisamos estar na Câmara no dia 16, para olhar no olho dos deputados, que tanto precisam do nosso apoio, e cobrar uma postura favorável aos municípios. Por isso, é importantíssima a nossa presença em Brasília, senão acabou a desoneração para os municípios de Minas Gerais e do Brasil", defende o prefeito. Segundo ele, as entidades municipalistas estão convocando prefeitos de todo o Brasil para estarem presentes em Brasília na data da votação do projeto para pressionar pela sua derrubada.

entenda o caso

O Congresso Nacional aprovou em outubro um projeto de lei reduzindo de 20% para 8% o **INSS** pago pelas

prefeituras. O governo federal vetou, mas o veto foi derrubado pelo Parlamento. O governo chegou a cogitar acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a aprovação dessa desoneração, pois é vedado ao parlamento dar isenções sem indicar nova fonte de receita.

Uma Medida Provisória reonerando para 20% foi apresentada pelo Planalto, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), não colocou em votação o trecho que aumentava a alíquota, e a proposta caducou.

Na sequência, os deputados do PT apresentaram o PL 1027/24. Na última terça, reunidos em Brasília, prefeitos do Brasil todo apresentaram uma proposta alternativa escalonando a cobrança do **INSS** de 8% para 14%, a partir de 2027, extensivo a todas as prefeituras. Ela vai tramitar em forma de emenda a uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata de assunto correlato e que já está sendo analisada pelo Senado.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Governo estuda reajuste a servidores acima de 19% até 2026

**RENAN MONTEIRO E GUSTAVO SILVA**

A ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, disse ontem que o governo está estudando um reajuste salarial para os servidores acima de 19% até 2026. No momento, a prioridade são os técnicos de instituições federais, que mobilizam greves pelas universidades no país.

A proposta inicial do governo, para o funcionalismo federal, começou com um reajuste de 9% dado em 2023 e a previsão de mais dois, em 2025 e 2026. A somatória, até o fim do mandato de Lula, seria de cerca de 19%, mas não foi aceita -a **inflação** acumulada prevista para o período (2023-2026) é de 16,5%. Agora, a ministra fala em negociações para uma contraproposta.

- Neste momento, estamos discutindo no governo um espaço orçamentário não só para educação, mas para os demais servidores, para que a gente possa ter um valor acima desse (19% até 2026) - explicou Dweck no programa "Bom dia, ministra", da EBC.

Anteontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a equipe econômica está fazendo os cálculos para ver se há espaço para um reajuste maior aos servidores nos próximos anos. Ele acrescentou que, em 2024, isso não será possível, pois o "Orçamento está fechado". No mesmo dia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que Dweck está "fervilhando de problemas" e defendeu o direito de greve. Atualmente acontecem cerca de 20 negociações com categorias do funcionalismo federal.

- Infelizmente não é um tempo tão rápido (de negociação) quanto as categorias gostariam porque existem muitas discussões internas de impacto orçamentário. Como a gente calcula e o que que a gente vai ter que abrir mão para poder garantir isso - avaliou a ministra. - E uma decisão política e também fiscal que a gente precisa fazer no governo para poder apresentar a contraproposta.

## ENTIDADES CRITICAM

A expectativa do Ministério de Gestão de Inovação é apresentar uma nova proposta para a categoria dentro de duas semanas.

-O que estamos discutindo agora, dentro do governo, é justamente esse espaço orçamentário para fazermos uma contraproposta porque a gente chegou a fazer uma proposta dentro desses valores, que seriam 4,5% no ano que vem e 4,5% em 2026 (além do reajuste de 2023) -disse Dweck.

Para as entidades sindicais, no entanto, não há "novidade substantiva" apresentada pelo ministério, uma vez que os reajustes já estavam previstos e não divergem do que já havia sido debatido em negociações anteriores.

- E inaceitável o congelamento dos salários de uma categoria de trabalhadores que nos últimos anos viram seus salários não mudarem -critica Sérgio Ronaldo, presidente do Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais, que representa 80% do funcionalismo.

Segundo João Paulo Ribeiro, diretor da Confederação dos **Servidores Públicos** do Brasil (CSPB), o governo deve "negociar mais" para reverter as perdas salariais dos últimos seis anos: -Queremos atitudes para que os trabalhadores do setor público passem a ser valorizados para servir melhor a população.

A discussão sobre eventual aumento de salário dos servidores federais foi acirrada nesta semana após a Câmara aprovar, na terça-feira, um dispositivo que, na prática, permite ao governo antecipar a ampliação de R\$ 15,7 bilhões em despesas no Orçamento deste ano.

O valor extra, se confirmado, pode ser usado para atender a demanda de parte dos servidores. Até então, o cenário de aumento salarial neste ano era tido como "muito improvável" no Ministério de Gestão e Inovação (MGI).

Do Orçamento de 2024, cerca de 90% são despesas obrigatórias, como o pagamento das aposentadorias, pensões e benefícios do **INSS**. O restante é o que o governo tem livre para utilizar em investimentos prioritários e custeios.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ajuda da receita das empresas para quadro fiscal deve perder fôlego

**Anais Fernandes**

As receitas estão respondendo mais ao crescimento da atividade no Brasil, principalmente por causa do comportamento dos **impostos** sobre o lucro das empresas, aponta um estudo do Santander. Isso tem ajudado o ajuste fiscal pelo lado da receita depois do choque da pandemia e até 2023, mas não deve se repetir na mesma magnitude em 2024, 2025 e nem no longo prazo, reforçando a pressão sobre o governo por novas medidas de aumento da arrecadação e também, na outra ponta, de contenção de gastos.

O Santander calcula que, em 2023, para cada 1% de crescimento do **PIB**, as receitas com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cresceram 1,56%. Essa é a chamada "elasticidade da receita", ou seja, como a arrecadação desses **tributos** "responde" ao **PIB**.

A elasticidade dessa categoria está 140% acima do observado no período pré-pandemia, segundo o Santander. Como comparação, a elasticidade do Imposto de Renda da Pessoa Física era de 1,4 em 2023, 37,4% acima do momento anterior à covid.

"A gente veio de uma pandemia em que tivemos um choque, o **PIB** caiu bastante e diversas medidas de estímulo fiscal e monetário foram adotadas. Nas empresas, teve também uma questão de mudanças tecnológicas. Somando tudo, vimos uma recuperação forte, tempestiva da economia, o que fez o lucro crescer mais rápido", diz Ítalo Franca, economista do Santander e autor do estudo junto com Ana Júlia Carvalho.

Uma das possíveis explicações para essa forte resposta das receitas ligadas ao lucro das empresas também foi a mudança de preços relativos, sobretudo das commodities e, mais especificamente, do petróleo, apontam os economistas do Santander.

"A empresa tinha um custo parado, não necessariamente ia reajustar salários ou comprar uma nova plataforma, mas, aí, o preço do petróleo foi a US\$ 100 o barril; o lucro dessa empresa imediatamente dispara. Isso ajudou na recuperação das contas públicas, mas já está tendo uma volta", diz Franca.

O Santander estima que, ainda que as receitas com tributação sobre as firmas cresçam 10% acima da média histórica em 2025, por exemplo, essa elasticidade de quase 1,6 cairia para 1,36 até o fim do ano que vem. Se elas crescerem na média histórica, a elasticidade iria a 1,23. Isso significa que essa categoria tenderá a ajudar menos o ajuste fiscal pelo lado da receita, impondo desafios.

"Não é ruim, mas podemos concluir que a elasticidade desse tipo de receita, provavelmente, não se manterá no nível observado em 2023", afirma Franca. "Em 12 meses, já vemos que está convergindo, depois do salto; para 2025, 2026, ela tende a voltar à sua tendência", diz.

**Impostos** destinados à **seguridade social**, como o PIS/Pasep e a Cofins, por outro lado, respondem menos ao avanço da atividade. Segundo o Santander, para cada 1% de crescimento do **PIB**, essa categoria de receita cresceu 0,66% em 2023. A elasticidade dessas receitas estava, no ano passado, 20% abaixo do nível observado antes da pandemia.

"Alteramos muito a base de cálculo dessa categoria, ela sofreu muito, foi corroendo", diz Franca. Até por isso, ele pondera que, uma recuperação nesse grupo pode ser um "viés positivo" para o cenário das receitas à frente.

Em relação às receitas totais, o Santander estima que a elasticidade foi de 1,1 em 2023 - 28,4% acima do pré-covid - e pode chegar a 1,2 neste ano, considerando novas medidas de arrecadação que representem cerca de 1% do **PIB**. Assim, 1% de crescimento no **PIB** poderia gerar aumento de R\$ 31 bilhões nas receitas totais, calculam Carvalho e Franca.

"As receitas das empresas arrefecem, mas continuam em um patamar alto. E essa queda cíclica é compensada, um pouco, pela possibilidade de aumento de PIS/Cofins", explica Franca.

Para reduzir o déficit primário para cerca de 0,5% do **PIB** neste ano, patamar para o qual projeções de economistas têm convergido, no entanto, o Santander estima que essa elasticidade das receitas totais de 1,2 precisava ser superior a 1,5. "Uma elasticidade de 1,2

não é mim, o problema é que isso tende a acomodar e, talvez, não seja o suficiente, daí a dependência de outras medidas", diz Franca.

Para 2025, o Santander diz continuar esperando uma elasticidade de curto prazo próxima de 1,2, o que exigirá a aprovação, pelo Legislativo e pelo Executivo, de 0,4% do **PIB** em medidas adicionais se eles quiserem apenas manter o nível de receitas entre este e o próximo ano.

O governo precisaria ainda, segundo Franca, manter um ritmo de crescimento da economia entre 2% e 2,5%, "o que seria o ideal para uma consolidação fiscal do ponto de vista das receitas", diz.

"Ter novas surpresas positivas, um novo pico como vimos no IRPJ, não parece ser o caso. Por isso que vai precisar também de outras medidas, de controle de despesas", acrescenta Franca.

A queda gradual nos preços das commodities é outro elemento-chave para a percepção de risco fiscal à frente, segundo Carvalho e Franca. "A gente vê o barril girando em torno de US\$ 90, um patamar ainda alto, mas que é uma queda em relação ao ano passado. Se o petróleo for, por exemplo, para US\$ 60, eu acho que as receitas começam a cair e isso faz pressão, de mexer nas metas e em outras coisas", diz Franca.

O Santander também comparou a elasticidade da receita no Brasil e em seus pares globais. Antes da pandemia, entre 2011 e 2019, o Brasil teve um crescimento das receitas tributárias igual à média dos seus pares, de 8%, em termos nominais, observam os economistas. Além disso, a receita tributária do país cresceu a uma taxa semelhante ao **PIB** durante esse período, resultando em uma elasticidade da receita total próxima de 1, o que também se assemelha à média dos pares. Durante o surto de covid-19, a maioria dos países enfrentou uma queda nas receitas.

"Olhamos a abertura de contas dos principais países pares do Brasil e vimos que as categorias que mais sofreram foram as que envolviam a renda e muito ligadas à questão das empresas. Por isso, também, focamos a questão do lucro das empresas no estudo da elasticidade", diz Carvalho.

"Receitas ligadas a empresas sofreram na pandemia no Brasil e no mundo" Ana Júlia Carvalho

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1&section=1>**

# STF possibilita cobrança bilionária de PIS e Cofins sobre locação de bens

**Marcela Villar De São Paulo**

O Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu, por maioria de votos, a cobrança do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) sobre o aluguel de bens móveis e imóveis desde 1988, ano da promulgação da Constituição Federal. O julgamento foi finalizado na sessão de ontem.

Foram julgados dois processos em conjunto, em repercussão geral, ou seja, a decisão vale para todas as ações judiciais em curso sobre o mesmo tema. Segundo dados públicos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 157 processos foram suspensos para aguardar a posição dos ministros - 92 sobre tributação de bens imóveis e 65 de bens móveis.

As perdas para a União, se impedida de cobrar esses **tributos**, estavam estimadas em R\$ 36 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - R\$ 20,2 bilhões com a locação de bens móveis e R\$ 16 bilhões com a de imóveis.

O valor foi questionado por advogados, mas foi confirmado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) durante o julgamento. Segundo o órgão, o montante se refere a um ano em que deixariam de ser cobrados os **tributos** federais e ao período de cinco anos retroativos que os contribuintes poderiam requerer a devolução.

No julgamento, prevaleceu o voto do ministro Alexandre de Moraes, acompanhado pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Kassio Nunes Marques, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso. Ficaram vencidos os ministros Luiz Fux, Edson Fachin e André Mendonça em um dos processos. E os ministros Luiz Fux e Edson Fachin no outro.

Como o relator de uma das ações é o ministro aposentado Marco Aurélio Mello, o voto do ministro Mendonça, que o substituiu após a aposentadoria, não foi computado no segundo caso. Não compareceu à sessão a ministra Cármen Lúcia.

Moraes acatou a tese da União de que o PIS e a Cofins devem ser cobrados sobre todo o faturamento da empresa, inclusive sobre a locação de bens móveis e imóveis. Afirmou que desde a Constituição há essa

previsão.

Já os contribuintes entendem que não há essa previsão legal porque a locação de bens não é venda de mercadoria nem prestação de serviços, portanto, não poderia compor a base de cálculo desses **tributos**.

A diferença central do voto vencedor de Moraes para os demais ministros foi o entendimento de que o conceito de faturamento é mais amplo e abrange todo o tipo de receita, desde 1988.

A tese fixada pelo Supremo foi a de que "é constitucional a incidência do PIS e da Cofins sobre receitas auferidas com locação de bens móveis e imóveis quando constituir atividade empresarial do contribuinte, considerando que o resultado econômico dessa operação coincide com o conceito de receita bruta ou faturamento tomados como soma de receitas oriundas do exercício das atividades empresariais, pressuposto desde a redação original do artigo 195-1 da Constituição Federal".

Um dos processos julgados foi da empresa Sea Container do Brasil, que aluga contêineres e equipamentos de transporte. Ela questionava decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) favorável à União, que reconheceu a tributação (RE 659412).

No outro recurso, a União questionava acórdão do TRF-3 que garantiu à Legno Nobile Indústria e Comércio, do setor mo-veleiro, o direito de excluir da base de cálculo do PIS a receita do aluguel obtido pela locação de um imóvel próprio (RE 599658).

O relator do caso da Legno, o ministro Luiz Fux, entendia que o marco temporal deveria ser a Emenda Constitucional nº 20/1998 e legislações subsequentes - Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 - que ampliaram o conceito de faturamento de receita bruta. Antes disso, estaria restrito à cobrança sobre a venda de mercadorias e prestação de serviços.

Já o ministro Marco Aurélio Mello, relator do caso da Sea Container, havia votado a favor dos contribuintes, pela não inclusão das receitas de locação até o início da aplicação da Lei nº 12.973/2014, que amplificou a base de cálculo. A partir dessa data, para o ministro,

as contribuições devem incidir, desde que a locação de bens móveis seja a atividade ou objeto principal da empresa.

O advogado Fábio Rigo Bello, sócio-gestor do Tahech Advogados, tem três ações no escritório - de 2008, 2013 e 2022 - que discutem o tema para varejistas. A orientação dele foi para que elas pagassem os **tributos**, mesmo com a discussão judicial. "Caso se sagssem vencedoras, iríamos recuperar os pagamentos realizados indevidamente", diz.

De acordo com o advogado Guilherme Yamahaki, do escritório Schneider Pugliese Advogados, apesar de a decisão não ser boa para os contribuintes, já era esperado. Isso porque no ano passado, ao julgar o Tema 372, que discutiu a incidência do PIS e da Cofins sobre receitas financeiras de instituições financeiras, os ministros também decidiram, por maioria, pelo conceito mais amplo de faturamento.

Para o tributarista Rodrigo Caserta, sócio do escritório Brigagão, Duque Estrada Advogados, a decisão do Supremo traz subjetividade, o que pode abrir margem para novos litígios. "É preocupante, porque ampliaram em demasia o conceito de faturamento, o que vai começar a gerar uma discussão futura sobre o que é atividade empresarial importante ou relevante para a empresa", afirma.

A Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), parte interessada na ação, diz que a legislação de 1998 e anteriores estabelecem que faturamento se limita à venda de mercadorias e à prestação de serviços. "Os contratos de locação dos shopping centers são caracterizados como locação de bens imóveis, uma vez que envolvem a obrigação de dar o imóvel, não configurando uma prestação de serviço", afirma, por meio de nota. Para a entidade, a locação de bens é "uma cessão temporária do direito de uso desses bens mediante uma retribuição pecuniária".

A Associação Brasileira dos Locadores de Equipamentos e Bens Móveis (Alec), também interessada no processo, diz defender a desoneração do setor. "Estamos atuando em conjunto com a Febraban e Abrasce. Devemos ter pautas de como tornar o segmento mais produtivo e mais rentável", afirma o presidente da Alec, Bruno Arena, por nota.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840>

# INSS vai bloquear todos os descontos de aposentados

**Gustavo Andrade**

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) determinou à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) fazer o bloqueio de todos os descontos de mensalidades associativas em benefícios.

O intuito é acabar com a farra dos descontos indevidos. A partir de maio, todos os descontos em folha serão bloqueados, inclusive os anteriores a setembro de 2021, data em que as aposentadorias e pensões passaram a ser concedidas já com restrição para adesão.

O bloqueio nos pagamentos continuará até que seja implementada a biometria facial e a assinatura eletrônica avançada pela Dataprev.

Diante de denúncias, o **INSS** informa que apurações estão em andamento em cinco entidades conveniadas. Mas todos os Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com associações e entidades para desconto de mensalidade, de janeiro de 2023 em diante, serão checados.

O rito processual funciona assim: detectado indício de fraude, a entidade será chamada ao **INSS** e terá direito a ampla defesa e ao contraditório, como determina a lei.

Se comprovada a fraude, o contrato poderá ser suspenso, e o **INSS** poderá determinar que a Dataprev suspenda os descontos daquela associação ou entidade envolvida. Só depois o ACT com a entidade poderá ser rescindido.

Essas associações e entidades parceiras do **INSS** que têm descontado indevidamente valores das aposentadorias são alvo de milhares de ações judiciais e triplicaram faturamento mensal, somando mais de R\$ 2 bilhões desde janeiro do ano passado, em uma farra do desconto indevido.

No Estado, 100 mil beneficiários tem valores descontados por essas associações, segundo especialistas. Essas entidades respondem a 62 mil ações judiciais no País e chegam a ganhar mais de R\$ 30 milhões por mês com contribuições descontadas da folha.

O coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi- ES), Jânio Araújo, disse que o sindicato apoia o bloqueio, principalmente como forma de proteger os aposentados e pensionistas, já que número de filiações a associações sem autorização cresceu e assusta: "As associações e os sindicatos foram criados para dar proteção e lutar pelos direitos dos aposentados e pensionistas, e não usar de má-fé e fazer filiações indevidas."

Site aponta mais sete associações cadastradas

Mesmo diante da enxurrada de queixas e processos por descontos indevidos em aposentadorias, mais sete associações firmaram acordos com o **INSS** este ano para aplicar "desconto de mensalidade associativa". Agora são 35 associações. A informação é do site Metrôpoles.

Os acordos são firmados pela Diretoria de Benefícios do **INSS** e os resumos de seus termos são publicados no Diário Oficial da União. As entidades oferecem serviços, como seguros de saúde e até auxílio funeral, em troca de descontos de percentuais e valores fixos das aposentadorias.

A maior parte desses contratos não está no site do **INSS**, e o "órgão não deu acesso a esses documentos ao portal Metrôpoles em pedido feito via Lei de Acesso à Informação".

O diretor de Benefícios do **INSS**, André Fidelis, disse que o órgão não falhou na fiscalização e que as reclamações sobre descontos indevidos não chegam a 2% do total dos descontos no País.

SAIBA MAIS

Tive desconto indevido. E agora?

PARA RECEBER os valores descontados indevidamente, o segurado deverá entrar em contato com a associação. Em caso de negativa, deverá recorrer ao Judiciário e pedir não só a devolução dos valores, mas também indenização por danos sofridos que podem ser materiais e morais, segundo a advogada Renata Prado.

O BENEFICIÁRIO que não reconhecer o desconto da mensalidade associativa em seu benefício pode requerer o serviço "excluir mensalidade associativa" pelo aplicativo ou site Meu **INSS** ou pela Central 135.

É POSSÍVEL reclamar pelo Fala.br e pelo [www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1712871559831](http://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1712871559831)

#### EXCLUSÃO DE MENSALIDADE

ENTRE no Meu **INSS** (site [gov.br/meuinss](http://gov.br/meuinss) ou aplicativo para celular), faça login com CPF e senha do Gov.br, clique no botão "novo pedido", digite "excluir mensalidade", clique no nome do serviço/benefício, leia o texto que aparece na tela e avance seguindo as instruções.

#### PEDIR BLOQUEIO DE BENEFÍCIO

É POSSÍVEL ainda bloquear o benefício para desconto de mensalidade.

ESSE SERVIÇO também está disponível no Meu **INSS**. Basta seguir os seguintes passos: acesse o Meu **INSS** (site [gov.br/meuinss](http://gov.br/meuinss) ou aplicativo para celular), faça o login pelo CPF e a senha da sua conta Gov.br, no campo de pesquisa da página inicial. digite "solicitar bloqueio ou desbloqueio de mensalidade", na lista, clique no nome do serviço/benefício, leia o texto que aparece na tela e avance seguindo instruções.

OUTRA ALTERNATIVA é entrar em contato com a entidade para registro de reclamação e solicitação de estorno das contribuições indevidas.

# Polícia Federal vai investigar possíveis irregularidades

Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) vão investigar a farra dos descontos feitos por associações diretamente na folha de pagamento dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O presidente do **INSS**, Alessandra Stefanutto, garantiu que a Polícia Federal será acionada para investigar indícios de fraudes que forem descobertas por apuração interna que o órgão abriu para averiguar possíveis filiações irregulares de aposentados à entidade que descontam mensalidades associativas indevidamente da folha do **INSS**.

Stefanutto frisou que o instituto será muito rígido, mediante comprovação dos casos, com as associações que fraudarem as assinaturas dos aposentados nas filiações para implementar descontos indevidos.

"Se a gente pegar uma associação onde reiteradamente demonstra, inclusive, que falsificou assinatura, vamos mandar para a Polícia Federal apurar", assegurou.

Já a CGU abriu uma investigação preliminar para apurar a situação. Investigações da CGU costumam resultar em relatórios detalhados que, com frequência, abastecem inquéritos da Polícia Federal.

Stefanutto lembrou que o **INSS** já adotou medidas para evitar que ocorram irregularidades.

No último dia 15, foi publicada a Instrução Normativa que estabelece regras para regulamentar o desconto de mensalidades associativas sobre os benefícios dos aposentados e pensionistas.

# Voa Brasil vai decolar na próxima semana

O programa Voa Brasil finalmente deve decolar.

O projeto de oferecer passagens por até R\$ 200, pelo então ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, chegou a ser desacreditado e teve o lançamento postergado diversas vezes. Agora, sob o comando da nova gestão da pasta, o ministro Sílvio Costa Filho, a promessa é de que na próxima semana finalmente o projeto seja lançado.

Em postagem nas suas redes sociais, Costa Filho afirmou que o Governo Federal lançará o programa ano próximo dia 17. "Fruto de uma construção coletiva com as companhias aéreas, o programa prevê passagens aéreas até R\$ 200 para aposentados do **INSS** e estudantes do Prouni, que não viajem nos últimos 12 meses".

Ainda na publicação do ministro, essa será a primeira etapa do programa, "que vai incluir setores da sociedade que não tem oportunidade de viajar de avião". De acordo com o projeto, a passagem no valor de até R\$ 200 cada trecho será oferecida em rotas e horários selecionados. Também será incluído a possibilidade do pagamento parcelado com desconto em folha, para o caso dos aposentados federais.

A expectativa é de que as três grandes companhias aéreas - Azul, GOL e TAM, que juntas representam 98% das rotas domésticas do país - ofereçam voos no aplicativo do programa. Entretanto, segundo fontes reservadas ouvidas pela reportagem, apesar do lançamento na próxima semana, em um primeiro momento, nem todos os destinos nacionais estarão disponíveis para compra pelo preço promocional. (Da Redação com Agências)

Ministro anuncia pasta hidroviária

O ministro Sílvio Costa Filho também anunciou a criação da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), que cuidará da formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das hidrovias. Ele destacou que é mais um estímulo para impulsionar o desenvolvimento econômico regional do Brasil, além de promover um sistema de transporte mais eficiente e integrado.

"A agenda hidroviária pode ser uma nova agenda, com o novo modal de transporte, que dialoga como Meio Ambiente, com a competitividade para diminuir o custo logístico operacional.

A gente está estimulando a indústria naval para que possamos fomentar novas cadeias produtivas", disse.

Durante a cerimônia, o ministro anunciou que o diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias, Dino Antunes Dias Batista, será o responsável por assumir a SNHN. "Acho que as concessões hidroviárias serão sim uma grande resposta para dar uma perenidade para as nossas hidrovias. Realmente criar hidrovias no Brasil e não apenas rios navegáveis", reforçou.

Promessa do governo federal é de que as passagens aéreas serão vendidas ao preço de até R\$ 200, cada trecho

Costa Filho reforçou que, nesta primeira etapa, serão atendidos aposentados do **INSS** e estudantes do Prouni

Expectativa é de que as três grandes companhias aéreas - Azul, GOL e TAM - ofereçam voos no aplicativo do programa

Dino Antunes Dias Batista vai comandar a nova Secretaria

Site: <https://dp.presslab.com.br/20240412/#>

# INSS bloqueia novas adesões a associações

**Leticia Lopes**

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) determinou ontem o bloqueio a novas adesões de aposentados e pensionistas a entidades associativas.

A medida acontece após denúncias de descontos indevidos nos benefícios.

A Previdência iniciou uma investigação interna para apurar possíveis irregularidades.

A determinação vale a partir do mês que vem, impactando a folha de pagamento que começa a ser depositada no dia 25 de maio.

Na prática, as 35 associações, confederações ou entidades conveniadas ao **INSS** não poderão realizar novas filiações de beneficiários até que seja implementada, para todos os segurados, a biometria facial e a assinatura eletrônica pela Dataprev, empresa do governo federal que processa a folha de pagamentos da **Previdência Social**.

Essa restrição já existia para quem se aposentou ou passou a receber pensão a partir de setembro de 2021 e, agora, é estendida a todos.

**ACORDOS FIRMADOS** A determinação do **INSS**, porém, não vai afetar os segurados que já têm mensalidades de associações descontadas do benefício. Atualmente, as 35 entidades de aposentados e/ou pensionistas têm os chamados Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o instituto, o que permite que os dados dos beneficiários sejam acessados para que as organizações façam contato oferecendo seus serviços, como clubes de benefícios.

Isso quer dizer que as instituições são legais, mas o desconto de mensalidade só pode ser realizado com autorização expressa do beneficiário.

No entanto, o **INSS** afirma ter recebido 700 reclamações em sua ouvidoria de beneficiários que desconhecem os descontos ligados a entidades de classe em suas aposentadorias ou pensões.

De acordo com o governo, "apurações já estão em andamento em cinco entidades conveniadas", mas todos os ACTs serão apurados.

"Se for comprovada a fraude, o contrato poderá ser

suspenso e o **INSS** poderá determinar que a Dataprev suspenda os descontos daquela associação ou entidade envolvida.

Somente após essas fases, o ACT com a entidade poderá ser rescindido", afirmou o **INSS**, em nota.

Caso deseje se filiar a uma dessas entidades, o aposentado ou pensionista precisará preencher um termo de adesão com seus dados e acessar um portal do governo, à disposição da entidade, para fazer a assinatura eletrônica avançada e biometria facial.

**SEM MUDANÇA** Determinação não afeta beneficiários que já possuem os descontos na folha

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Declarar dependente no Imposto de Renda pode aumentar restituição; confira as regras

Incluir um dependente na declaração do Imposto de Renda 2024 pode ajudar o contribuinte a aumentar a restituição ou diminuir o imposto a ser pago.

Porém, é preciso seguir as regras da **Receita Federal** e simular no programa do IR se a inclusão vale a pena ou não. A dedução por dependente é de R\$ 2.275,08 no ano para cada um deles.

Podem ser dependentes cônjuge, filhos, pais, avós e enteados desde que não estejam obrigados a declarar o IR. É preciso também entender o conceito de dependente, que é diferente do alimentando. O alimentando é quem recebe pensão mediante decisão judicial ou escritura pública.

Os dependentes só podem constar em uma das declarações. Não é possível, por exemplo, que pai e mãe façam declarações separadas e incluam o mesmo filho como dependente em cada uma delas. A exceção é se houve mudança de dependência durante o ano de 2023, que é o ano-base do IR de 2024.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Antes de incluir o dependente, o responsável pela declaração deve simular se compensa realizar este procedimento, já que todos os rendimentos recebidos e bens do dependente devem ser informados e somados aos do titular.

Se houver renda tributável, como vinda de salário, por exemplo, o cálculo do IR será impactado e o contribuinte pode ter de pagar mais tributo ou ver diminuir a sua restituição na comparação com as declarações sendo entregues separadamente.

A simulação é feita dentro do próprio programa do Imposto de Renda com o titular preenchendo os dados com e sem o dependente. O prazo de envio da declaração começou em 15 de março e vai até 31 de maio. Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Companheiro (a) com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de cinco anos, ou cônjuge

Filho (a) ou enteado (a) até 21 anos de idade ou até 24 anos, que esteja estudando no ensino superior ou em escola técnica de segundo grau

Filho (a) ou enteado (a) com deficiência, de qualquer idade, quando a remuneração não excede os limites de dedução permitidos por lei, segundo decisão do STF

Irmão (ã), neto (a) ou bisneto (a) até 21 anos de idade ou até até 24 anos (se estiver estudando), desde que o contribuinte detenha a guarda judicial até os 21 anos

Irmão (ã), neto (a) ou bisneto (a) com deficiência do qual o contribuinte tenha a guarda, em qualquer idade, quando a remuneração não excede os limites de dedução permitidos por lei, segundo decisão do STF

Pais, avós e bisavós que, em 2023, tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, de até R\$ 24.511,92

Menor de até 21 anos que o contribuinte crie e eduque e de quem tenha a guarda judicial

Pessoa considerada incapaz da qual o contribuinte seja tutor ou curador

Nos casos dos limites de idade (21 e 24 anos), o dependente pode ser incluído na declaração do titular se tinha a idade-limite em qualquer mês de 2023, mesmo que tenha feito aniversário depois.

Por dependente, é possível deduzir R\$ 2.275,08 da base de cálculo do IR

Além disso, é possível ainda deduzir até R\$ 3.561,50 em gastos com educação por dependente e despesas com saúde, que não têm limites

Além da dedução por dependente, o titular ainda pode abater despesas com educação (limitadas a R\$ 3.561,50 por ano) e saúde (sem limite). Porém, é fundamental que o contribuinte separe quais são os gastos do titular e do dependente.

"Tem de separar em fichas diferentes o que for do titular e do dependente. Não pode juntar e declarar tudo no nome do titular. O que for do dependente, tem de ser declarado como sendo do dependente, se não

o contribuinte vai cair na malha fina", diz Richard Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade.

Na maioria das fichas, o contribuinte precisa identificar o que é do titular e do dependente justamente para evitar problemas com o fisco no momento em que forem cruzados os dados.

"Se a mãe inclui um filho como dependente e ela paga uma consulta médica dele, ela poderá abater a despesa, mas a nota fiscal precisa estar no nome do filho, mesmo que tenha sido a mãe que pagou. Na declaração, a despesa também tem de ser informada como sendo do dependente", afirma Dilma Rodrigues, sócia da Attend Contabilidade.

Os informes de rendimentos de plano de saúde, previdência privada e escolas costumam separar o que deve ser declarado pelo titular e pelos dependentes e/ou beneficiários.

"A maioria dos planos já manda separado, mas se não vier, o contribuinte deve procurar o responsável pelo serviço", diz Maurício Tadeu de Luca Gonçalves, diretor da Fecontesp (Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo).

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O titular da declaração deve ir na ficha "Dependentes", clicar em Novo e escolher o tipo de dependente (cada situação tem um código)

Preencha os dados de identificação como nome, data de nascimento, CPF, email e telefone. Caso o dependente more com o titular, clique no quadrado na pergunta sobre o assunto

Para cada dependente, abra uma ficha nova em Dependentes

Após esse preenchimento, todas as outras fichas da declaração devem disponibilizar a opção com os nomes dos dependentes para que o titular defina de quem são as informações citadas como por exemplo bens, rendimentos, despesas pagas e outros dados

O número do CPF é obrigatória na declaração do IR desde 2019, mesmo que o dependente seja um bebê. Clique aqui para saber como tirar o CPF .

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$

30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

Caso você seja obrigado a declarar, escolha se vai preencher os dados pelo PGD, app Meu Imposto de Renda ou portal e-CAC.

Com o programa aberto, o contribuinte pode escolher se começa a declaração do zero ou importando os dados do ano anterior. Ele pode também optar pela declaração pré-preenchida, caso tenha conta ouro ou prata no portal gov.br.

Com as fichas preenchidas, faça uma revisão em todos os dados e, em seguida, escolha a melhor forma de tributação no lado esquerdo. As opções são "por deduções legais", que é a declaração completa, e "por desconto simplificado", que desconta R\$ 16.754,34 do imposto devido.

Escolha a melhor tributação. Para enviar, vá em "Verificar pendências". Se houver alguma, será sinalizado e é preciso resolver para continuar. Pendências em vermelho impedem o envio do IR, as amarelas, não.

Se não houver pendências, vá em entregar declaração. O sistema pedirá os dados para pagamento de restituição ou sobre como será pago o imposto pendente.

Preencha e grave a declaração para enviar; o programa irá fechar o documento e, em seguida, clique sobre seu nome para transmitir, gerar o recibo e salvar a cópia da declaração e do recibo; imprima ser for necessário.

A Receita liberou o PGD (Programa Gerador do Imposto de Renda) em 12 de março. O prazo de entrega vai de 15 de março a 31 de maio.

A declaração pré-preenchida também foi disponibilizada em 12 de março. Quem opta pelo modelo entra na fila de prioridade da restituição, que inclui ainda contribuintes que recebem os valores por Pix, idosos acima de 60 anos, professores cuja maior fonte de renda é o magistério e cidadãos portadores de deficiência física ou mental ou doença grave.

O motivo de iniciar a entrega da declaração em 15 de março é dar ao menos 15 dias para que os sistemas da **Receita Federal** sejam abastecidos com as informações que são enviadas por fontes pagadoras para o órgão.

As empresas tiveram até o final de fevereiro para entregar os dados de cada cidadão à Receita e para disponibilizar os informes de rendimentos aos contribuintes. Quem não recebeu, deve procurar a fonte pagadora e solicitar o documento.

A restituição será paga em cinco lotes, sendo o primeiro em 31 de maio, último dia do prazo para entrega da declaração. Há uma lista de prioridade para o pagamento, que segue esta ordem:

A tabela mensal ou anual de desconto do Imposto de Renda é uma orientação para que os contribuintes saibam a partir de que valor há obrigatoriedade de fazer o recolhimento do tributo e quem está isento do IR.

Um dos pontos principais para saber se precisa declarar é somar a renda tributária recebida no ano. São rendimentos tributários valores de salários, aposentadoria, renda como autônomo e aluguel de imóvel, por exemplo. Se o valor anual ultrapassar o limite de renda da Receita, é preciso declarar.

Também há outras regras, como ter recebido rendimentos isentos e não tributáveis acima de R\$ 200 mil no ano. FGTS é um exemplo de renda não tributável.

Quem tem bens e direitos -somando imóvel e carro, por exemplo- acima de R\$ 800 mil também é obrigado a declarar. O valor a ser usado é o da compra do bem.

Caso o contribuinte tenha imposto a pagar, ele terá até 10 de maio para informar à Receita que deseja quitar a cota única ou a primeira cota em débito automático. Para isso, ele terá de enviar a declaração e indicar a opção. Após esta data, o tributo só poderá ser pago por meio da guia da Receita.

O prazo para pagamento em cota única ou da primeira parcela será 31 de maio. As outras cotas serão pagas no último dia útil de cada mês.

Veja o cronograma:

Empresas, instituições financeiras e órgãos públicos tiveram até 29 de fevereiro para entregar o informe de rendimentos referente a 2023. Além disso, o contribuinte já pode reunir outros documentos para começar a organizar a declaração do IR, como recibos e notas de despesas médicas e de educação, comprovantes de compra e venda de veículos ou imóveis no ano passado, entre outros.

"O primeiro cuidado que o contribuinte tem que ter é em conseguir a documentação e fazer a triagem de tudo o que vai precisar", diz Valdir Amorim, da IOB.

Lista de documentos básicos:

O contribuinte precisa do recibo de entrega da última declaração de Imposto de Renda e ter em mãos alguns documentos pessoais e cadastrais, como:

benefício do assinante

assine ou faça login

Se nenhum cidadão reclamou da não possibilidade de deduzir todas as despesas, então, acredito que exista um complô entre pessoas que recebem alguma vantagem com este tipo de declaração.

Inconstitucional: Por que PF não tem os mesmos direitos da PJ? Por que PF não pode deduzir todas as despesas como a PJ? O IRPF é um absurdo, arranjo para tomar seu dinheiro.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/declarar-dependente-no-imposto-de-renda-pode-aumentar-restituicao-confira-as-regras.shtml>**

# Tributação sobre alimentos se toma embate na reforma

**Raphael Di Cunto, Jéssica Sant'Ana e Marcelo Ribeiro**

A carga tributária que incidirá sobre cada tipo de alimento após a **reforma tributária** se tornou um dos principais embates na regulamentação, às vésperas de o governo Lula (PT) oficializar sua proposta sobre o tema. Supermercados, a indústria de alimentos e o agronegócio tentam garantir alíquotas menores para seus produtos, enquanto associações de defesa do consumidor e instituições ligadas à saúde e agricultura familiar pressionam por uma taxaçoão maior dos alimentos "ultraprocessados".

A **reforma tributária** promulgada em dezembro terá uma alíquota padrão para todos os produtos (estimada em 25%), mas com dois redutores possíveis para os alimentos. Os itens da "cesta básica nacional" terão alíquota zerada e não pagarão o IBS/CBS. Já "alimentos destinados ao consumo humano" e produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais "in natura" pagarão alíquota de 40% da padrão (cerca de 10%). Além disso, há possibilidade de incidência do Imposto Seletivo em "produtos nocivos à saúde humana" - o que permitiria taxar a mais alimentos com alto nível de gordura, açúcar ou sal.

Daí já nascem divergências de interpretação do texto. O setor agropecuário e parte do setor alimentício defendem que todos os itens que não estiverem na alíquota zerada serão, automaticamente, beneficiados pelo redutor de 60% por serem "alimentos destinados ao consumo humano". Por essa lógica, não poderia incidir imposto seletivo sobre eles, já que há vedação explícita na reforma à taxaçoão adicional de bens com alíquota favorecida.

"Se a própria Constituição determinou que esses produtos, dada sua importância, terão uma redução da carga tributária, não tem lógica ter uma tributação adicional. Seria conflitante", afirma o advogado Eduardo Lourenço. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) apresentou projeto próprio ainda em março com ampla gama de categorias alimentícias que seriam beneficiadas, incluindo gorduras e açúcares. A lista exata de itens seria definida em ato do Executivo.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abas) causou polêmica ao divulgar, na semana passada,

estudo que sugeria que itens como caviar, trufas, lagosta e "foie gras" - consumidos por pessoas com alto poder aquisitivo - constassem da cesta básica. Presidente da entidade, João Galassi diz que a lista foi mal interpretada e que o objetivo do estudo foi levantar os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) de tudo que fosse "elegível" por seu potencial nutritivo, para que depois o Congresso decida quais itens incluir. "Se a lei só tiver as categorias, esse debate ficará no governo e não no Legislativo. Defendemos que a lei já adote o NCM", afirma.

Analista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idee), Ana Maya afirma que esta é a "janela de oportunidade perfeita" para garantir o acesso a alimentos mais saudáveis para a população de baixa renda. "Sabemos que o custo da alimentação no país é um determinante, mas o consumo de alimentos ultraprocessados causa doenças crônicas e mentais, trazendo malefícios para a população e impacto para o SUS [Sistema Único de Saúde]", diz. Ela acredita que o governo enviará os projetos nos moldes dos defendidos pela entidade. "Nossa preocupação é com a interferência no Congresso de setores econômicos que visam o lucro acima do da população."

A Secretaria Extraordinária para a **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda ainda não divulgou sua proposta, mas setores dentro do governo apoiaram os ativistas. O Conselho Nacional de Saúde, ligado ao Ministério da Saúde, apontou que os produtos ultraprocessados e agrotóxicos seriam responsáveis por cerca de 50 mil mortes prematuras por ano no Brasil e recomendou ao governo que os inclua no rol de alvos do Imposto Seletivo, assim como o tabaco e álcool.

Em nota técnica obtida pelo Valor, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar também defende que apenas os alimentos "in natura" e minimamente processados sejam beneficiados pela alíquota zerada. "Importante que a regulamentação contemple as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira e que, portanto, alimentos ultraprocessados não estejam inseridos em qualquer benefício tributário. Inclusive, cabe apreciar junto ao Ministério da Saúde a possibilidade de aplicação do imposto seletivo a alguns alimentos ultraprocessados, conforme já recomendado pela Organização Mundial

de Saúde (OMS)", sugeriu a Pasta, liderada pelo ministro Paulo Teixeira (PT).

Galassi, da Abras, rebate que a alíquota padrão dos novos **tributos** já será uma das mais altas do mundo e que mesmo a alíquota favorecida - que deve ficar entre 10% e 12% - já estará no patamar médio dos alimentos no Brasil hoje, que é de 12%. "Você não penaliza ou beneficia o produto por ser industrializado. Isso não quer dizer que ele é um mau produto. O que precisamos entender é se é nutritivo e saudável", diz. Ele ressalta que alimentos sem nenhum valor nutricional, como balas, devem pagar a alíquota padrão, mas é contra a taxa adicional do Imposto Seletivo. "Estamos falando de 25% a 30% [de alíquota]. Não precisamos penalizar mais do que isso, já é extremamente agressiva", diz.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, contesta a proposta dos ativistas e diz que o termo ultraprocessados "é cientificamente vago". Segundo

ele, isso levaria a alta no preço do pão de forma, queijos, iogurtes e outros alimentos consumidos pela população de baixa renda. "O processamento não faz com que percam seu valor nutricional", diz. Ele ressalta que as técnicas industriais visam tornar o produto mais longo ou saboroso e que há mais riscos em alimentos artesanais feitos sem o devido cuidado sanitário, mas muitas vezes vendidos como mais saudáveis.

A Abia lançou campanha publicitária para defender as qualidades dos produtos industrializados e sugeriu ao governo uma "cesta básica balanceada", de acordo com a OMS, com mistura de carboidratos, gorduras e proteínas. "O Brasil tem 33 milhões de pessoas passando fome. Os produtos "in natura" são mais caros. Vamos elevar o preço dos alimentos processados e dificultar mais o acesso?", questiona.

Procurado, o Ministério da Fazenda informou que recebeu contribuições de diversos órgãos de governo e setores da economia, mas só irá se manifestar após o envio dos projetos. O Ministério da Agricultura não comentou.

"O processamento não faz com que percam seu valor nutricional"

João Domellas

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1&section=1>**

# A difícil regulação do Imposto Seletivo - OPINIÃO JURÍDICA

**Maurício Barros é sócio de Cescon, Barriou, Flesch & Barreto Advogados, Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP**

Um dos pontos mais controversos na **reforma tributária**, indubitavelmente, é o Imposto Seletivo (IS). A controvérsia se dá por diversas razões: desde a grande abrangência do texto aprovado na Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, que em tese permitirá a incidência do IS em diversos bens e serviços, até o potencial de complexidade que ele poderá trazer a um novo sistema de tributação do consumo que pretende ser simples.

Com efeito, o IS foi proposto originalmente na PEC 45 com um texto bastante direto: "a União poderá instituir(.) **impostos** seletivos, com finalidade extrafiscal, destinados a desestimular o consumo de determinados bens, serviços ou direitos". Segundo a Justificativa apresentada, o IS deveria incidir "sobre bens e serviços geradores de externalidades negativas, cujo consumo se deseja desestimular, como cigarros e bebidas alcoólicas".

Já na PEC 110, apresentada no mesmo ano (2019), o IS incidiria sobre "operações com petróleo e seus derivados, combustíveis e lubrificantes de qualquer origem, gás natural, cigarros e outros produtos do fumo, energia elétrica, serviços de telecomunicações (...), bebidas alcoólicas e não alcoólicas, e veículos automotores novos, terrestres, aquáticos e aéreos".

As opções políticas no texto original da PEC 45 e na PEC 110, como visto, foram opostas: enquanto a primeira deixava claro o caráter extrafiscal do IS e relegava ao legislador a escolha dos setores que seriam atingidos (embora a justificativa já exemplificasse alguns), a PEC 110 praticamente esgotava as hipóteses de potenciais incidências. A decisão política, portanto, parecia pender para uma de duas soluções possíveis.

AEC132/2023, contudo, seguiu uma terceira linha, ao atribuir ao legislador complementar a competência para definir os bens e serviços tributáveis com base em dois critérios: prejuízo ao meio ambiente e prejuízo à saúde. A solução não é das melhores, por eleger dois critérios que são excessivamente ambíguos (quase tudo pode prejudicar saúde ou meio ambiente) e que poderão gerar insegurança jurídica.

Isso porque, ao eleger justificativas excessivamente amplas, a PEC dá margem para que (1) o legislador tente esgotar as possibilidades e, ao assim fazer, aproxime o IS do IBS e da CBS, que já contam com bases amplas de incidência; ou (2) recorte apenas alguns bens e serviços a serem tributados, o que estimularia a judicialização dos contribuintes que, diante de bens e serviços potencialmente prejudiciais não tributados, não aceitariam sua taxaço.

A primeira alternativa poderia ainda vir com uma graduação de todos os bens e serviços tributáveis de acordo com um critério de seletividade em função da prejudicialidade (à saúde ou ao meio ambiente), técnica que aproximaria o IS de um "super IPI" (já que incidente também sobre bens primários e serviços, que estão fora da abrangência do IPI).

Em meio a esse difícil desafio proposto ao legislador pela EC 132/2023, surge o primeiro projeto de lei complementar para tratar do IS (PLP 29/2024), que também merece críticas.

Primeiramente, chama a atenção o fato de o PLP deixar claro que o IS será extrafiscal, pois terá a "finalidade desestimular o consumo de bens e serviços comprovadamente prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente". Para tanto, exige uma "comprovação" da prejudicialidade do bem ou serviço a ser tributado, que dependerá de estudo prévio (artigo 10). Esse estudo, porém, poderia trazer problemas ao (1) revelar uma lista enorme de bens e serviços prejudiciais, o que relativizaria a extrafiscalidade do IS (vamos combater o consumo de quase tudo?), ou (2) ser direcionado previamente a alguns bens e serviços, o que poderia levantar uma discussão de constitucionalidade do imposto (quem demandar o estudo tem competência para escolher o que será tributado?).

O PLP também contém uma cláusula que acena com a possibilidade de concessão de isenção ou redução do IS aos contribuintes que promoverem ações e programas de prevenção, mitigação e conscientização relativos ao consumo saudável ou sustentável dos bens ou serviços tributados. Essa medida é de duvidosa efetividade, já que dificilmente um contribuinte investiria em ações para desestimular o consumo dos produtos que produz/vende.

Já a possibilidade de redução da carga de IS nos casos de investimentos que resultarem em cadeia de produtos e serviços mais sustentáveis, também prevista no PLP, torna duvidoso se o imposto (1) deveria incidir sobre o produto/serviço prejudicial, ou (2) sobre produto/serviço que, embora não prejudicial em si, contenha insumo ou processo de produção que de alguma forma o seja (exemplo: transporte em veículos movidos a combustíveis fósseis). Ao propor o PLP um imposto extrafiscal, o consumo que se quer ver desestimulado deveria ficar mais claro.

A possibilidade de gradação das alíquotas em função do nível de prejudicialidade e essencialidade (artigo 4º) também é criticável no PLP, por aproximar o IS do "super IPI" já comentado (além de tomar o "estudo prévio" à sua instituição ainda mais complexo).

Por fim, o principal ponto de crítica é a declarada necessidade de haver uma lei complementar específica para tratar do IS, já que o PLP 29/2024 pretende apenas trazer as regras "gerais" do imposto. Se ainda será necessária mais uma lei, que poderá alterar tudo o que estiver contido no PLP em caso de aprovação (já que de mesma hierarquia), qual é a utilidade do PLP 29/2024? Não seria melhor o Congresso Nacional já votar um PLP completo e regular de uma vez o novo imposto?

Por tudo isso, o PLP 29/2024 deve ser rejeitado no Congresso Nacional, cedendo espaço a um projeto mais maduro e apto a efetivamente regular toda a matéria referente ao IS no âmbito de lei complementar.

Maurício Barros é sócio de Cescon, Barriou, Flesch Barreto Advogados, Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840>

# Grupo sonegou R\$ 45 milhões

**CAROLINA BRAGA**

Um empresário do ramo de confecção foi preso ontem suspeito de ser o mentor de uma organização criminosa que lavou dinheiro e sonegou R\$ 45 milhões em **impostos** junto ao Governo do Distrito Federal. Também foram apreendidos 82 veículos, dois imóveis e duas armas de fogo, além de bloqueadas diversas contas bancárias.

A operação Sarto, realizada pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária (DOT), cumpriu 26 mandatos de busca e apreensão em regiões administrativas do DF e municípios goianos onde estão localizadas as empresas e as casas dos investigados: Sudoeste, Águas Claras, Vicente Pires, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Recanto das Emas, Ceilândia, Planaltina de Goiás e Cidade Ocidental.

O grupo criminoso usava, pelos menos, 123 empresas de fachada para emitir notas fiscais falsas e não pagar taxas e **tributos** distritais, além de circular dinheiro ilícito. Os empresários colocavam funcionários como quadros societários "laranjas" e usavam seus nomes para movimentar valores milionários.

De acordo com a investigação, esses funcionários tinham padrões de vida modestos, incongruentes com as altíssimas somas movimentadas pelas empresas de fachada colocadas em seus nomes.

"Apenas um funcionário, com a função de motorista, foi identificado 47 CNPJ vinculados.

O objetivo era blindar os reais responsáveis pela sonegação fiscal e beneficiários do esquema criminoso", detalhou a delegadachefe adjunta da DOT, Marcela Lopes.

Por meio de contas bancárias vinculadas ao emaranhado de CNPJ de empresas de fachada e/ou fictícias, o grupo movimentava pequenas quantias da sonegação fiscal para dificultar o rastreamento pelas autoridades.

A operação Sarto revelou ainda que os recursos fraudados eram mesclados com recursos legítimos das 60 filiais da empresa, a maioria de comércio e alimentos, para criar ainda mais obstáculos à ação policial.

Operação

Os principais alvos são os verdadeiros proprietários das empresas, conseqüentemente os reais beneficiários do esquema.

"Os integrantes da organização criminosa, caso confirmada a sua participação, poderão responder pelos crimes de falsidade ideológica, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, cujas penas, somadas, podem chegar a 28 anos de prisão", disse Marcela Lopes. Segundo ela, na residência do empresário detido também foi encontrada uma arma de fogo em situação irregular, o que gerou uma prisão em flagrante.

Para os mandatos de busca e apreensão foram designados 120 agentes. O nome "sarto" significa "alfaiate" em italiano, para representar os investigados, que atuam, principalmente, no ramo de confecções.

Outro lado

A assessoria de imprensa de uma das principais investigadas - uma empresa do ramo de confecções - negou qualquer envolvimento no crime apurado. "A operação em curso tem como foco a investigação de diversas empresas e sócios que não fazem parte da nossa marca", disse, por meio de nota, acrescentando que a empresa "não possui nenhum débito fiscal em aberto ou qualquer vínculo associado a esta apuração".

"Estamos no mercado há mais de 31 anos, gerando empregos e fomento da economia local, e reafirmamos o nosso compromisso com a transparência e a legalidade em todas as nossas operações. Qualquer questão relacionada à empresa está sendo tratada de acordo com as leis vigentes, com total colaboração com as autoridades competentes. Ressaltamos que as atividades em nossas lojas continuam normalmente", completou.

Site: <https://flip.correio braziliense.com.br>

# Ao antecipar gastos, governo sabota sua credibilidade fiscal (Editorial)

O governo começa a jogar contra a própria credibilidade na gestão da dívida pública. Antes mesmo de o novo arcabouço fiscal completar o primeiro ano, as regras já começam a ser alteradas de acordo com a conveniência. A Câmara aprovou uma proposta, patrocinada pela Casa Civil, de antecipar um gasto extra de R\$ 15,7 bilhões neste ano. Inserida como "jabuti" no projeto que recria o seguro obrigatório de veículos, a medida foi encaminhada ao Senado. O movimento levanta dúvidas sobre a vontade e a capacidade de o governo manter suas contas sob controle.

Pelas regras do arcabouço fiscal, é permitido ao governo gastar mais que o previsto em caso de excesso de receita. Mas só a partir de maio, mediante avaliação dos resultados. Em janeiro e fevereiro, a arrecadação deu um salto, mas a prévia de março sugere que houve um freio. Diante dessa perspectiva, um governo comprometido com as regras que ele mesmo propôs agiria com cautela. Esperaria os próximos resultados para ajustar o gasto à realidade.

Mas talvez seja esperar demais da atual gestão petista. A Casa Civil formulou uma solução de improviso: pedir permissão ao Congresso para antecipar o gasto a que o governo teria direito em maio caso a receita extraordinária se confirme. A manobra revela a vulnerabilidade do arcabouço fiscal.

A queda no endividamento público traria a economia para uma rota virtuosa, permitindo cortes sustentáveis nos juros, com efeitos positivos no investimento e no consumo. Ao que parece, há na Esplanada dos Ministérios quem prefira mirar em ganhos eleitoreiros de curto prazo. Preocupado com a queda na popularidade e com a proximidade das eleições municipais, o governo planeja usar parte dos R\$ 15,7 bilhões para conceder reajuste salarial a servidores federais da educação, bastião histórico do PT que ameaça com greve.

Por enquanto, o Ministério da Fazenda garante que a meta de zerar o déficit público neste ano segue valendo. O que a equipe econômica pretende mudar são os objetivos para 2025 (superávit de 0,5% do PIB) e 2026 (1%). A meta exata do ano que vem será fixada no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deverá ser enviado ao Congresso até segunda-feira. A discussão da equipe econômica gira entre zero

e 0,25%. Reduzir a meta, ainda que possa ser justificável, desferiria mais um golpe na credibilidade fiscal.

Até o momento, a estratégia do governo para controlar as contas públicas se baseia essencialmente no aumento da arrecadação. Com apoio do Congresso em várias propostas para aumentar **impostos**, as receitas subiram. Mas não na proporção otimista desejada. Desde o começo, sabia-se que a injeção de novo dinheiro seria momentânea. Ninguém foi pego de surpresa.

Ao longo do ano passado, analistas já previam que o governo seria obrigado a mudar as metas. Em princípio, ajustes dessa natureza fazem parte da rotina de qualquer país diante das incertezas da economia. A atitude do governo é problemática por outro motivo. A propensão a pouco -ou nada -fazer para controlar despesas semeia dúvidas num momento em que precisa despertar confiança. O Brasil deve demais para um país de renda média. Isso é uma amarra ao crescimento. Essa é a essência da responsabilidade fiscal. As propostas de antecipar R\$ 15,7 bilhões em gastos e de rever metas fiscais são indícios de que ou o governo não a entendeu, ou, pior, não quer entender.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Recriação do seguro obrigatório reflete sanha arrecadatória do governo (Editorial)

Quase cinco anos depois de extinto, o seguro obrigatório para vítimas de acidente de trânsito, antes conhecido pela sigla DPVAT, promete voltar, rebatizado como SPVAT, por meio de projeto de lei complementar apresentado pelo governo, aprovado na Câmara e enviado ao Senado. Será mais uma taxa a ser paga a um Estado conhecido pela voracidade nos **impostos**. O texto aprovado na Câmara ainda considera penalidade grave, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, não pagar o novo SPVAT.

A partir do governo **Temer**, o seguro obrigatório começou a ser extinto. Em 2018, o Conselho Nacional de Seguros reduziu sua tarifa em 63%. No ano seguinte houve novo corte, até a taxa ser extinta em 2020, quando valia apenas R\$ 1,06 para carros particulares. O novo projeto estabelece a destinação de 35% a 40% da arrecadação, centralizada na Caixa, a municípios e estados em que haja serviço de transporte coletivo. O SPVAT recebeu, assim, apoio de prefeitos e governadores. Outro argumento de seus defensores é parte dos recursos ser destinada ao SUS.

Ambos são argumentos frágeis. Financiar o transporte coletivo ou o SUS são deveres de União, estados e municípios, haja ou não seguro obrigatório. O proprietário de veículos deveria ter a liberdade para contratar apólices junto à seguradora de sua preferência, ou então arcar com o ônus de acidentes. A existência de um mercado pujante de seguro automotivo no Brasil mostra que existe demanda pelo serviço e que o Estado não precisa se meter a criar um novo imposto a pretexto de garantir a segurança dos motoristas.

A cobrança do DPVAT sempre esteve sujeita a fraudes. Auditorias do Tribunal de Contas da União revelaram que, de 2005 a 2015, houve desvios de R\$ 2,1 bilhões do fundo do seguro. Em 2015, a Polícia Federal deflagrou uma operação antifraudes e, no ano seguinte, as indenizações do DPVAT caíram 33,4%. Em 2017, mais de 17 mil pedidos de indenização fraudados foram retidos, somando R\$ 223 milhões. Sinal de que os esquemas de assalto ao DPVAT haviam sido reativados.

Nas investigações da PF, foram descobertas indenizações pagas a quem sofrera acidentes andando a cavalo ou de bicicleta. Advogados pediam

indenização sem conhecer as vítimas e embolsavam o dinheiro. Um policial civil, preso pela PF, cobrava R\$ 100 por boletim de ocorrência fraudulento. Inventou 6 mil desastres de trânsito em um ano. A criação do SPVAT trará nova oportunidade a esse tipo de crime.

O governo tem justificado sua sanha arrecadatória com a necessidade de cumprir as metas fiscais. O caminho para isso não deveria ser criar mais **impostos**, mas reduzir gastos e aumentar a eficiência da máquina pública. Uma estimativa do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação calcula que, no ano passado, o brasileiro trabalhou até o dia 27 de maio, quase cinco meses, apenas para pagar **tributos**, mais que americanos, britânicos, argentinos, chilenos, mexicanos ou espanhóis. O Senado ainda tem a chance de rejeitar a ressurreição do DPVAT e evitar que essa situação piore.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Brasil busca solução multilateral para assegurar equilíbrio no uso de IA

**VIVIAN OSWALD Especial para O GLOBO**  
**economia@oglobo.com.br BRASÍLIA**

A batalha pública entre o bilionário Elon Musk e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, talvez seja o prenúncio do que promete se tornar uma guerra de titãs na arena global. Mais do que nunca, informação é sinônimo de poder econômico e político. É neste front que governos e empresas - sobretudo as gigantes da tecnologia - se enfrentam. Vence quem tiver o domínio do fluxo internacional de dados. O avanço exponencial da inteligência artificial (IA), especialmente a generativa, só potencializa este embate. É isto o que está em jogo no debate sobre sua regulamentação e aplicação que ocorre em cada país, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e, agora, no G20.

- Desde o surgimento da internet há esse debate. Temos que ter autonomia, soberania. A partir disso, se fazem negócios. Acontece que (esse dados) têm dono. As plataformas têm dono, e você esbarra nisso -disse ao GLOBO a ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, que comanda a vertente da IA no Grupo de Trabalho sobre economia digital do G20.

O tema está na mira da presidência brasileira do G20, que quer uma resposta de consenso das 19 maiores economias do mundo mais União Europeia e União Africana aos desafios **impostos** pela IA. Não por acaso, o Brasil trabalha para que um capítulo do documento final, a ser anunciado em novembro na cúpula de chefes de Estado, no Rio, trate do assunto. A ideia é buscar no multilateralismo equilíbrio entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento e força para enfrentar os grandes conglomerados, alguns com peso econômico maior do que o de muitos países. A IA permeia as agendas de diversos grupos de engajamento no âmbito do G20, entre eles o S20 (de ciência) e B20 (de empresas).

## LADOS POSITIVO E NEGATIVO

A ministra afirma que a economia digital pode elevar as desigualdades à enésima potência. Esta é uma das preocupações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu alertas reservados da ONU de que o Sul Global precisa estar protegido por regras e punições, sem estar a reboque das nações ricas.

- E como a fabricação de automóveis. Um carro na Europa tem mais itens de segurança do que no Brasil. Quanto mais cauteloso o país, mais as empresas têm menos possibilidade de explorar ou deixar pontos falhos - disse o pesquisador do Netlab da UFRJ, Fernando Ferreira.

Na Europa, segundo ele, já se fala em proteção aos dados e a regulação do uso de IA. No Brasil, há a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que fala em dados sensíveis. Mas não há nada sobre responsabilidade das plataformas de redes sociais e uso de IA.

E nesse contexto que as big techs tentam marcar território. Na corrida pelo domínio da informação, elas têm investido bilhões de dólares em maior velocidade de processamento e armazenamento de dados. Acumulam dados de economias, empresas e cidadãos, mas não necessariamente os compartilham. Querem evitar regras demais ou **tributos** sobre o ganho que obtêm com as informações que acumulam. Esse é um dos grandes temores de governos em meio a segmento cada vez mais concentrado.

Para a ministra, é fundamental fazer um diagnóstico de quanto o Brasil e outros países em desenvolvimento são produtores ou consumidores dessas tecnologias, porque isso também vai determinar seu lugar nesta corrida. Ela afirma que a IA pode ser revolucionária, mas também pode ter efeitos deletérios em economias e democracias.

-Já há uso da IA em cadeias produtivas, do agronegócio, por exemplo, saúde privada, Judiciário e educação, mas também na luta política. Vimos na eleição na Argentina, com o uso deepfakes. Por isso mesmo, a luta para que se regule. Isso pode se dar em vários ângulos, pode ser usado de maneira criminosa, para difamar pessoas, criar fake news - ressaltou Luciana.

O G20 tem um grupo de trabalho de economia digital, no qual o Brasil resolveu tratar de quatro temas prioritários: a IA, a integridade da informação (que inclui combate à desinformação e discurso do ódio), governo digital e conectividade significativa. Mas a IA passa por outras agendas, como saúde, mudança do clima e comércio, tanto eletrônico quanto físico.

## BRASIL TERÁ REGULAÇÃO

Neste momento, o Brasil discute internamente sua própria estratégia de IA, que deve ser apresentada ao presidente Lula em junho. O debate nacional deve municiar as posições brasileiras no G20. Também deve balizar a discussão o Pacto Digital Global, que será aprovado pela ONU em setembro na Cúpula do Futuro, em Nova York.

- Não adianta olhar para o G20 como se fosse uma sala fechada - disse João Brant, secretário de Políticas Digitais na Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Segundo Brant, é preciso evitar que as redes sejam multiplicadores de informações falsas e garantir que remunerem adequadamente os produtores de conteúdo: - O jornalismo está sofrendo economicamente no mundo inteiro. Tem mais investimentos, mas as plataformas absorveram parte muito significativa das receitas.

Outra tarefa do G20 é a de mapear o impacto do discurso do ódio nas redes. Isso é subsídio fundamental para o desenho da regulamentação.

Para Ferreira, da UFRJ, a questão mais preocupante está no desenvolvimento de modelos de IA.

- Chegamos a um ponto em que o poder dos desenvolvedores de IA é muito grande. Têm capacidade impressionante de geração de conteúdo, de análise -disse o pesquisador. - Falava-se antes do domínio de nações, mas estamos falando de empresas.

Ele questiona a posição do Brasil na corrida da IA: - Que dados são usados, qual o viés e como o viés está sendo usado? Como se dá a validação desta tecnologia? Nesse momento não tem regra para nada. As tecnologias são importadas. É uma questão de segurança nacional. Qual é o modelo nacional?

O especialista lembra que, na UE, que acaba de aprovar uma lei para IA, discute-se a criação de um centro de inteligência artificial nos moldes do CERN (Organização Europeia de Pesquisa Nuclear).

No Brasil, segundo a ministra, está em discussão a criação de uma agência reguladora, pois o tema exige mais do que um comitê de gestor de internet.

## NOVAS HABILIDADES

Mas nem só de riscos vive a IA. Para Milton Beck, diretor-geral da rede social LinkedIn, as pessoas veem na IA uma forma de se livrar de tarefas repetitivas.

Segundo dados levantados pela plataforma, o interesse em empregos com IA subiu 12% no mundo e 18% no Brasil. Cerca de 50% dos usuários já experimentaram o ChatGPT, e 76% acham que a IA vai lhes permitir dizer adeus a tarefas repetitivas.

- Claro que existe receio da IA em termos de emprego. E alguns devem deixar de existir. Muitas tarefas vão deixar de ser exercidas. Foi assim quando surgiram o Visicalc, o Lotus 123 e o Excel. Achava-se que os contadores iam sumir. Mas isso não aconteceu -disse Beck.

O LinkedIn monitora as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho. E, segundo Beck, de 2015 até agora elas mudaram em 25%. Só que, daqui até 2030, esse percentual vai atingir 65%.

Ou seja, deve se agravar o gargalo na formação de capital humano no Brasil. Até 2025, segundo a ministra, o país terá um déficit de 500 mil profissionais para preencher as vagas na área de IA.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# IVA-dual: o Imposto e a Contribuição sobre o consumo da reforma (Artigo)

**João Hélio Coutinho**

No final de 2023, o Congresso Nacional realizou um feito histórico ao inaugurar um novo paradigma na tributação do consumo como consequência da Emenda Constitucional nº 132/2023. Assim, o consumo passará a ser tributado por um "Imposto sobre o Valor Agregado (IVA-dual)", sob a forma de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência partilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios e de uma Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), de competência exclusiva da União. Portanto, serão extintos o ICMS, o ISS, bem como as contribuições PIS/PASEP e COFINS.

Sobre o consumo também incidirá o "imposto do pecado", um imposto seletivo sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente - um imposto com perfil extrafiscal na tentativa de absorver externalidades negativas - excise tax, mas que não é objeto deste artigo.

A fim de tornar o Brasil competitivo nacional e internacionalmente - adequando-se para pleitear um assento na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) -, os segmentos políticos, jurídicos e econômicos clamavam por uma reforma que promovesse a simplificação do Sistema Tributário Nacional (STN) e reduzisse as suas onerosidade e litigiosidade. Nosso sistema, além de complexo, com uma excessiva quantidade de normas, inclusive relativas a obrigações acessórias, demanda muito tempo com o preenchimento de formulários, de declarações, cálculo do tributo a pagar, classificação de operações. Enfim, um grande esforço para a conformidade tributária, o que gera uma grande litigiosidade, consubstanciada num volume excessivo de processos no contencioso administrativo e na esfera judicial, ou seja, um elevado custo de oportunidade.

Para mitigar a complexidade e a onerosidade, o artigo 149-B, da Constituição Federal, impôs um regime jurídico unificado, com as mesmas regras em relação a fatos geradores, bases de cálculo, imunidades, não cumulatividade e creditamento, hipóteses de não incidência, sujeitos passivos. Isso será implementado a partir de uma legislação única aplicável em todo território nacional, consoante previsto no artigo 124, parágrafo único, do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias (ADCT). Dessa simplificação resultará que sobre uma mesma matéria tributável (operações sobre bens materiais ou imateriais, inclusive direitos ou serviços) incidirão dois **tributos** como se houvesse apenas um, na ótica do contribuinte; mas, que de fato são dois **tributos** partilhados internamente, a fim de cumprir com a descentralização democrática dos interesses dos estados- membros (federação brasileira).

A transição para essa nova tributação sobre o consumo pode ser dividida em duas vertentes: uma sob a ótica do contribuinte; e outra para estados, Distrito Federal e municípios.

Para o Contribuinte: (i) em 2026 a CBS será cobrada à alíquota de 0,9%, que servirá de crédito a ser compensado no PIS/COFINS) e o IBS à alíquota estadual de 1%, destinado ao financiamento do Comitê Gestor e para o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais; (ii) em 2027 extinção do PIS/COFINS; (iii) de 2027 a 2028 o IBS passará a ser cobrado à alíquota estadual de 0,05% e à alíquota municipal de 0,05%; (iv) de 2029 a 2032 redução gradativa das alíquotas do ICMS e do ISS; (v) em 2033 extinção do ICMS e do ISS.

Para os estados, DF e os municípios haverá uma transição de 50 anos para a distribuição de receitas do IBS, com início em 2029 até 2077.

Contudo, para que a Emenda Constitucional tenha efetividade, falta a sua regulamentação. Não obstante, ao realizarmos uma pesquisa do número de vezes que os termos "lei complementar" e "lei ordinária" aparecem no texto da Emenda, nos leva a concluir que, grosso modo, a regulamentação dependerá de pouco mais de 60 leis complementares e algumas poucas leis ordinárias.

Além de um prazo exíguo de até 180 dias para o Poder Executivo encaminhar os referidos projetos de lei.

João Hélio Coutinho\* e Rogério Salviano Alves\* \* Auditor fiscal do Tesouro Estadual de Pernambuco e Professor universitário \*\* Auditor Fiscal do Tesouro Estadual de Pernambuco e Diretor Jurídico do Sindifisco-PE

A transição para essa nova tributação pode ser dividida sob a ótica do contribuinte e para estados, DF e municípios

**Site:** <https://dp.presslab.com.br/20240412/#>

# Varejo surpreende e analistas falam em crescimento com "melhor qualidade" - MERCADO S/A

**AMAURI SEGALLA**

O Brasil está distante de crescer de forma robusta, mas alguns indicadores apontam que há, sim, bons sinais na economia. Em fevereiro, as vendas do comércio varejista brasileiro surpreenderam. Elas subiram 1%, conforme dados divulgados pelo IBGE. Para se ter ideia, o consenso dos analistas apontava para uma queda de 1%. Há duas razões principais para o desempenho: a redução da Selic, a taxa básica de juros da economia, e o aumento da massa de rendimentos da população. Com juros menores, o crédito fica mais barato, e as pessoas se sentem encorajadas a gastar. Ao mesmo tempo, os bons índices de emprego colocam mais dinheiro no bolso dos trabalhadores. Muitos analistas consideram até mesmo que o crescimento do **PIB** em 2024 será de "melhor qualidade" do que o de 2023, embora provavelmente menor. No ano passado, foi o agronegócio que impulsionou os resultados da economia. Desta vez, deverá ser o consumo.

Medo de demissão está menor no Brasil

Com o mercado de trabalho aquecido, o temor de ser demitido está menor entre os brasileiros. É isso o que mostra uma pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o estudo, 52% afirmam ter pouca ou nenhuma preocupação com uma possível dispensa, enquanto 31% têm grande medo. Para efeito de comparação, em 2021 a preocupação excessiva estava presente entre 44% dos entrevistados. Outro dado interessante: quanto maior a escolaridade, menor é o receio do desemprego.

Ambev investirá R\$ 150 milhões em cervejaria de Anápolis

A Ambev anuncia hoje um investimento de R\$ 150 milhões na sua cervejaria em Anápolis (GO), a Cebrasa. O aporte será feito para a ampliação da capacidade de produção de rótulos premium de cerveja, como Spaten, Corona, Stella Artois e Original. A Cervejaria de Anápolis é responsável pelo abastecimento de 7 estados do Centro-Oeste e Norte, além do Distrito Federal. Desde o ano passado, a Ambev vem destinando R\$ 1 bilhão nas operações no

Maranhão, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Goiás e Paraná.

"A Inteligência Artificial generativa pode ser a maior transformação tecnológica desde a internet" Andy Jassy, presidente da Amazon

**Inflação** alta nos Estados Unidos afeta investidores brasileiros

Um tema que merece atenção redobrada dos investidores diz respeito à **inflação** nos Estados Unidos. Os novos dados sobre o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) vieram acima do esperado, indicando que o início do ciclo de cortes de juros no país pode estar distante. Juros altos na maior economia do mundo costumam causar estragos em países emergentes como o Brasil. Nesse contexto, os investidores evitam correr riscos, retirando recursos de nações menos desenvolvidas.

438 MIL motos foram produzidas no Brasil no primeiro trimestre de 2024. Segundo a Abraciclo, entidade que reúne os fabricantes, trata-se do melhor desempenho para o período em uma década.

RAPIDINHAS

A Embraer assinou dois acordos com a Empresa Nacional Aeronáutica do Chile (Enaer) para a fabricação de peças de aeronaves e prestação de serviços de manutenção de aviões militares, como o A-29 Super Tucano e o C-390 Millennium, além de jatos comerciais. Não se trata de um projeto inédito: as empresas são parceiras desde 1990.

O Brasil vai manter as tarifas sobre as importações de etanol dos Estados Unidos. Quem garante isso é o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro.

"Não poderíamos precarizar os produtores brasileiros", disse Fávaro, em evento em Brasília.

Nos últimos meses, autoridades americanas têm pressionado o Brasil para eliminar as tarifas.

O consórcio Infraestrutura MG venceu o leilão de

relicitação do trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora da rodovia BR-040. Além do grupo vencedor, participaram da disputa a CCR e o consórcio Vetor Norte, representado pela Terra Investimentos. O certame foi realizado na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

Nunca tantos profissionais brasileiros buscaram oportunidades de trabalho nos Estados Unidos. Um levantamento da Bicalho Consultoria a partir de dados do Serviço de Imigração e Cidadania mostrou que as concessões de vistos do tipo EB-2 cresceram 837% nos últimos 6 anos, para quebrar recorde no ano passado - foram quase 2 mil.

# BC da Argentina reduz juros e atribui decisão à queda na inflação

O Banco Central da Argentina (BCRA) cortou ontem em dez pontos percentuais a taxa básica de juros do país, que caiu de 80% para 70%. Em **comunicado**, a autoridade monetária cita uma "pronunciada desaceleração" da **inflação** para justificar a medida.

O governo de Javier Milei assumiu com propostas de reformas e executa um draconiano ajuste fiscal para alcançar a meta de déficit zero. O ajuste, que inclui forte redução dos gastos públicos, prevê privatizações e até o fechamento de agências e órgãos do Estado.

O pacote fiscal é acompanhado por uma depreciação do peso, pressionando ainda mais a **inflação**, que está em 276,2% em 12 meses, apesar de uma clara desaceleração no ritmo nos dois primeiros meses do ano.

**JUROS.** O corte de ontem foi o terceiro do BCRA desde que Milei assumiu o cargo, em dezembro, quando a taxa estava em 133%. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec), em fevereiro, o índice de preços ao consumidor (CPI, a **inflação** oficial) foi de 13,2%, uma desaceleração, após variações de 20,6%, em janeiro, e 25,5%, em dezembro do ano passado. Com o dado de fevereiro, a **inflação** acumulada neste ano chegou a 36,6%. O Indec divulga hoje os dados de março.

Enquanto isso, nas ruas, multiplicam-se os protestos da população, que sente o peso dos ajustes no bolso. Ontem, diversas linhas de ônibus foram afetadas pela greve que a União dos Transportadores Automotores (UTA) realizou na região metropolitana de Buenos Aires, que inclui a capital argentina e as cidades vizinhas, para exigir melhores salários.

**GREVE.** A Confederação Geral do Trabalho (CGT), por sua vez, convocou uma nova greve geral contra o governo para o dia 9 de maio.

De acordo com os sindicalistas, também ficou decidida uma manifestação no dia 1.º de maio, feriado do Dia do Trabalho.

Uma greve geral da maior central sindical da Argentina em 24 de janeiro paralisou quase todos os setores do país.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasil vê juro sob pressão e dólar em alta com cenário econômico nos EUA

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

A crescente expectativa de que as taxas de juros nos Estados Unidos possam permanecer num patamar elevado por um período maior do que o previsto, por conta do repique da **inflação** no país, aumentou a pressão dos investidores sobre a economia brasileira. Nas últimas semanas, os ativos brasileiros tiveram um movimento negativo coordenado. Depois da euforia observada no fim do ano passado, a Bolsa de Valores registrou uma fuga bilionária de estrangeiros, o dólar mudou de patamar e superou a faixa de R\$ 5 (ontem, bateu em R\$ 5,09) e os juros futuros subiram.

Nesse momento em que o cenário externo está mais difícil, o mercado financeiro passou a prestar mais atenção às fragilidades da economia brasileira, em especial a situação das contas públicas - em meio à divisão no governo sobre manter ou não a meta de déficit zero neste ano.

"Quanto mais tempo o Fed (Federal Reserve, banco central dos EUA) leva para baixar as taxas de juros, mais pressão se coloca nos mercados emergentes como um todo, especialmente naqueles que têm mais dificuldades internas", afirma Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

"O Brasil tem a questão fiscal mal resolvida." Essa mudança de humor do mercado não indica que o Brasil está próximo de enfrentar uma crise severa. O País tem, por exemplo, números robustos no setor externo, mas cria um cenário que exige mais cautela e reduz a margem de erro na condução da política econômica por parte do governo. "Nesse cenário, a gente começa a discutir mais fortemente e, no detalhe, a parte fiscal", diz Solange Srour, diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management.

A expectativa para os juros nos EUA vem sofrendo reveses ao longo de 2024. Os últimos números de atividade, mercado de trabalho e **inflação** do país indicam que os juros terão de ficar mais altos para que o Fed consiga levar a **inflação** para a meta de 2%. Na virada de 2023 para 2024, o cenário era outro. Houve um grande entusiasmo no mercado financeiro com a possibilidade de que o BC americano pudesse promover até seis cortes neste ano.

O resultado do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) reforçou o cenário de que o Fed deve ser mais duro. O CPI subiu 0,4% em março, acima das expectativas.

Após a divulgação do número, o UBS, por exemplo, alterou a previsão para o início do corte dos juros de junho para setembro, e passou a prever apenas duas reduções em 2024.

Taxas americanas mais altas drenam recursos de economias emergentes e mais arriscadas, como é o caso da brasileira.

É como se o investidor ficasse mais seletivo e subisse a barra para investir fora dos EUA, a principal economia do mundo, a mais segura e que atualmente oferece um retorno atrativo e sem risco - desde julho de 2023, as taxas de juros nos EUA estão no intervalo de 5,25% a 5,50% ao ano.

Calendário

Parte do mercado mudou de junho para setembro previsão para início de corte de juros nos EUA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Falta de perspectiva para redução da dívida pública pressiona juros

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

Os investidores têm se voltado mais para as contas públicas brasileiras nesse momento porque esse tem sido o grande nó da economia brasileira nos últimos anos. O País lida com uma dívida considerada elevada para um emergente e, no curto prazo, não há perspectiva de redução desse endividamento, o que adiciona algum risco para o investimento em ativos brasileiros.

A evolução da dívida bruta é um dos principais pontos analisados pelas agências de classificação de risco. No relatório Focus, produzido pelo Banco Central com base na projeção de uma centena de analistas, a previsão é de que dívida bruta alcance 86,5% do **PIB** em 2030.

Em 2023, foi de 74,3% do **PIB**.

"Mesmo quando o mercado estava animado com a possibilidade de cinco ou até seis cortes pelo Fed (o banco central americano), o juro real (no Brasil) era muito alto. Agora, foi para perto de 6%, mas o nível (elevado) já era explicado pelo fiscal", diz Solange Srour, diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management.

"A luz amarela já está acesa." Nas últimas semanas, o comportamento dos papéis de mais longo prazo deixou evidente como o investidor tem exigido maiores prêmios no Brasil. Títulos públicos que remuneram o equivalente à **inflação** mais uma taxa (NTN-B), com vencimento em 2045, passaram a oferecer juro real de 6% ao ano. No início de 2024, pagavam 5,5%.

"Com taxas mais elevadas nos EUA, há um efeito direto nos juros de médio e longo prazos do Brasil. Há uma correlação bem importante. Então, subiu lá, sobe aqui", diz Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências.

A economia só vai conseguir estancar o seu endividamento se alcançar o chamado superávit primário - o resultado positivo entre receitas e despesas, sem contar o gasto com juros.

Quando apresentou o novo arcabouço fiscal, a equipe econômica prometeu entregar um resultado primário zero já em 2024, alcançar um superávit de 0,5% do

**PIB** no ano que vem e chegar a um resultado positivo de 1% do **PIB** em 2026 - o suficiente, segundo o governo, para estabilizar a dívida.

"TENSÃO FISCAL". Mas esse plano de voo pode mudar. Parte do mercado não acredita que o governo vá cumprir a meta de resultado zero neste ano, e a própria equipe econômica já dá sinais de que pode alterar a meta de superávit primário de 2025.

"Tem um cenário internacional que não é de crescimento forte, não é exuberante, o que coloca em risco o nosso crescimento e, conseqüentemente, o potencial da arrecadação.

Vai ser muito difícil o governo entregar esses superávits revisados.

Durante os três próximos anos, vamos viver essa tensão fiscal. A meta vai ser discutida todo ano", afirma Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

O arcabouço não é considerado ideal, mas conseguiu dar alguma direção para o rumo da dívida do País. A crítica é de que o governo tem tentado garantir o ajuste das contas públicas com foco no aumento de arrecadação. Para turbinar a receita, o governo conseguiu a aprovação de uma série de medidas no ano passado, entre elas, a taxaço das offshores e dos fundos exclusivos.

"A questão (envolvendo o aumento) das receitas é mais fácil no primeiro ano de governo do que conforme o mandato vai avançando. É difícil imaginar que (a equipe econômica) vai conseguir aumentos sucessivos como conseguiu no ano passado, até porque os caminhos mais fáceis são os primeiros a serem buscados", diz Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Procurado, o Ministério da Fazenda não se manifestou até a noite de ontem.

Banco Central Europeu mantém taxa de juros

O Banco Central Europeu (BCE) manteve ontem, pela quinta vez seguida, as taxas de juros na Zona do Euro inalteradas em 4%, mas afirmou que a desaceleração

da **inflação** pode abrir a porta para a flexibilização monetária, aumentando as expectativas de um corte das taxas em junho.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Varejo tem avanço forte, e mercado vê risco para corte maior da Selic

**DANIELA AMORIM/RIO e CÍCERO COTRIM/SÃO PAULO**

O comércio varejista começou o ano com crescimento robusto.

Após expansão de 2,8% em janeiro, o volume vendido avançou mais 1% em fevereiro, o que fez o setor atingir novo patamar recorde, segundo os dados divulgados ontem pelo IBGE.

O resultado surpreendeu analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam uma queda mediana de 1,3%. Com mais esse dado, economistas passaram a ver espaço para uma expansão maior do **PIB** no primeiro trimestre deste ano. Mas também levantou preocupações sobre o processo de desinflação no País - e, conseqüentemente, sobre o ritmo dos cortes de juros.

"A contar pelo número do varejo, me parece que a probabilidade de um crescimento mais forte do **PIB** aumentou", afirma o economista Helcio Takeda, da Pezco, que adicionou viés de alta nas projeções de expansão da economia no primeiro trimestre (0,6%) e em 2024 (2,2%). "O cenário já estava melhor com os dados de janeiro, e esse resultado (de fevereiro) aumenta a sensação." O analista chama atenção, porém, para o crescimento de alguns segmentos do varejo mais atrelados ao crédito, o que pode indicar algum estímulo ao setor vindo dos cortes já promovidos pelo Banco Central na Selic.

"Se essa percepção for verdade, e começarmos a ver condições favoráveis para o varejo nos próximos meses, pode ter um desafio na dinâmica da **inflação** de bens (industriais)."

**AVALIAÇÕES.** Outros economistas mencionaram avaliações similares após a divulgação dos dados. Em relatório, os economistas Álvaro Frasson e Victor Esteves, do BTG Pactual, afirmaram que os números do varejo podem não só levar o mercado a aumentar as projeções de crescimento do **PIB** neste ano, como também reforçam a chance de desaceleração do ritmo de cortes da taxa Selic a partir de junho.

"O dado reforça as probabilidades em torno da redução do ritmo de corte de juros pelo Banco Central na reunião de junho, que ganha corpo após a leitura do IPCA que, mesmo surpreendendo para baixo,

mostrou resiliência na **inflação** de serviços intensiva em trabalho e também com o maior pessimismo sobre o ciclo de flexibilização monetária pelo Fed (o banco central americano)", escreveram eles.

O Santander aumentou as suas estimativas de alta frequência (tracking) para o crescimento do IBC-Br (espécie de "prévia" oficial do **PIB**) de fevereiro, de 0,4% para 0,7%, e do **PIB** do primeiro trimestre, de 0,7% para 0,8%. Já o C6 Bank adicionou viés de alta à projeção de crescimento da economia em 2024, hoje em 2,4%, e mencionou a percepção de menor espaço para o afrouxamento monetário. "Há chance de a autoridade monetária não chegar a uma taxa terminal de juros de 9,25%, que é a nossa atual projeção para a Selic de 2024", diz a economista do banco Claudia Moreno.

**FATORES.** O crescimento do varejo no primeiro bimestre de 2024 foi impulsionado pela expansão do crédito, pelo aumento da massa de salários em circulação na economia e pela redução de preços em itens como vestuário e eletrodomésticos, enumerou Cristiano Santos, gerente da pesquisa do IBGE.

Na passagem de janeiro para fevereiro, houve aumento nas vendas em seis das oito atividades pesquisadas pelo órgão: artigos farmacêuticos e perfumaria (9,9%); outros artigos de uso pessoal e doméstico, que inclui lojas de departamentos (4,8%); livros e papelaria (3,2%); móveis e eletrodomésticos (1,2%); equipamentos de informática e comunicação (0,5%); e vestuário e calçados (0,3%). Na direção oposta, o volume vendido recuou em combustíveis (-2,7%) e supermercados (-0,2%).

Quanto ao varejo ampliado - conceito que inclui as atividades de material de construção, veículos e atacado alimentício -, as vendas cresceram 1,2% em fevereiro ante janeiro.

Para cima Santander reviu de 0,4% para 0,7% sua projeção de alta do **PIB** no primeiro trimestre

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Incerteza sobre queda dos juros nos EUA deve atrasar oferta bilionária do BRB - COLUNA BROADCAST

**MATHEUS PIOVESANA, CIRCE BONATELLI, CRISTIANE BARBIERI E CYNTHIA DECLOEDT GABRIEL BALDOCCHI (edição)**

As incertezas sobre o início da queda dos juros nos Estados Unidos devem empurrar para o final do ano a oferta subsequente de ações (follow-on) do Banco de Brasília (BRB). A instituição está com assessores financeiros contratados e documentação pronta, mas acredita que terá de esperar um apetite mais amplo do mercado para emplacar a oferta, inicialmente prevista para o primeiro semestre.

A transação deve movimentar de R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões e terá características de uma reestreia na Bolsa, o chamado "reIPO". "O Powell (Jerome, presidente do Fed, o banco central dos EUA) indicou aquele cenário de três reduções de taxa no segundo semestre", diz o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa. "Se abrir uma janela, virá no último trimestre."

Chance de redução perdeu força

A **inflação** ao consumidor americano em março veio acima da esperada e reduziu as chances de um corte ainda no primeiro semestre. Deve levar mais tempo para que investidores comecem a procurar ativos de renda variável, tanto em países desenvolvidos quanto em emergentes.

É um cenário pouco favorável a ofertas de ações.

Banco é avaliado em R\$ 3,45 bilhões

Embora já sejam listadas na B3, as ações do banco têm liquidez baixa, porque o percentual em circulação é pequeno, de 11,6%. A liquidez é ainda menor porque 9,5% estão com a associação dos funcionários do banco. Ou seja, apenas 2,05% dos papéis circulam "de fato" na Bolsa. O BRB é avaliado em R\$ 3,45 bilhões.

"REESTREIA" NA BOLSA

Banco avançou para 12 Estados além do DF em cinco anos e vê oferta de ações como determinante para financiar novo ciclo de crescimento

**CONTROLE.** O tamanho exato da oferta ainda não está fechado, mas a ideia é que o governo do Distrito Federal continue no controle do banco, com uma participação menor. O BRB deve emitir novas ações, e os recursos obtidos com a venda dos papéis serão utilizados para expandir a carteira do banco.

**ATUAÇÃO.** Nos últimos cinco anos, o BRB cresceu fora do Distrito Federal, chegando a outros 12 Estados, e passou a atuar mais fortemente em carteiras como a do crédito rural, o imobiliário e linhas sem garantias para pessoas físicas. A carteira de crédito tem crescido bem acima da média do mercado.

**DEMANDA.** O BRB tentou lançar a oferta em 2021, mas acabou desistindo diante do fechamento do mercado brasileiro.

O banco tem índices de capital confortáveis, mas vê a oferta de ações como determinante para sustentar o novo ciclo de crescimento.

**TEM MAIS.** Enquanto a oferta não sai, o BRB avança em outras frentes. No Nação Fla, banco digital montado em parceria com o Flamengo, a ideia é buscar um novo sócio. Uma nova empresa foi criada para permitir a chegada de mais um parceiro e, segundo o grupo, já há interesse por parte de bancos digitais, empresas de turismo e transportes.

**AVANÇO.** O banco digital tem 3,5 milhões de clientes e virou o símbolo da expansão do BRB pelo País. Considerado o clube de futebol com a maior torcida do Brasil, estimada em 50 milhões de pessoas, o Flamengo "levou" o BRB a ter clientes em 93% das cidades brasileiras. Nos novos planos, há previsão para lançar um cartão de crédito para alta renda e um "superapp".

**NO RADAR.** O BTG tem percebido interesse crescente de estrangeiros em aquisições de empresas brasileiras que garantam segurança energética, alimentar ou mesmo de bens industrializados considerados essenciais em seus países de origem, que atravessem alguma hipótese de restrições de fornecimento.

**PROTEÇÃO.** "Todo mundo que tem em seu mercado local qualquer tipo de ameaça, seja geopolítica ou na cadeia de suprimentos, está olhando opções mundo afora para aumentar a possibilidade de acesso a esses produtos, seja em relação à matérias-primas ou manufaturados", diz Bruno Amaral, sócio do BTG.

**OPORTUNIDADE.** Para ele, a tendência é um novo "cavalo selado" para o Brasil, em termos de novos investimentos e expansão em áreas pouco exploradas.

"Se no superciclo de commodities chinês nosso cavalo selado foi o minério de ferro, agora há outras cores em relação a oportunidades, baseadas na necessidade de redução de emissões de todo o mundo."

**ESFRIOU.** Após recorde de locações em 2023, o mercado de galpões logísticos no Estado de São Paulo entrou em 2024 em um ritmo bem mais moderado de atividades, segundo a Cushman Wakefield. O saldo entre áreas locadas e as áreas devolvidas no primeiro trimestre foi de 88,1 mil m<sup>2</sup>, área bem menor que a comercializada ao longo de 2023, quando superou 200 mil m<sup>2</sup> por trimestre.

## SOBE

Faturamento da indústria brasileira subiu em fevereiro

A pesquisa Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que o faturamento real da indústria de transformação teve alta de 2,4% de janeiro para fevereiro, na série livre de efeitos sazonais.

Já em relação a fevereiro do ano passado, a alta foi de 4,1%. No acumulado do primeiro bimestre deste ano em comparação a igual período de 2023, o faturamento cresceu 2%.

## DESCE

Trabalhadores têm menos medo de perder o emprego

O medo de ser demitido está menor entre os brasileiros este ano, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O levantamento mostra que 52% da população afirma ter pouca ou nenhuma preocupação em perder o emprego. Outros 15% têm medo médio e 31% têm grande medo. Foram ouvidas 2.012 pessoas em todo o País em fevereiro.

A margem de erro é de 2 pontos percentuais, com intervalo de confiança de 95%.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Eleitor vê economia do país pior que a estadual

Nos quatro estados em que foram feitas as pesquisas Genial/Quaest, há percepção de piora ou estagnação da economia do país nos últimos 12 meses, em mais um sinal de alerta para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Os eleitores de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás, ao mesmo tempo, veem um cenário menos negativo em seus respectivos estados do que no contexto nacional.

Nesses estados, governados pela oposição, o ex-presidente Jair Bolsonaro obteve mais votos que Lula no segundo turno de 2022. A exceção é Minas Gerais, onde houve vitória do petista por uma margem pequena.

Em São Paulo, 42% dos entrevistados apontam que houve piora da economia brasileira no período, enquanto 32% dizem que a situação ficou a mesma no último ano. No âmbito estadual, os índices se invertem: 30% veem piora e 41% avaliam que o quadro da economia em São Paulo se manteve o mesmo em 12 meses. Por outro lado, 26% citam melhora da economia paulista, enquanto 23% dizem o mesmo sobre o Brasil.

Os resultados são semelhantes em Minas Gerais. São 45% os que veem piora na economia nacional, ante 30% no âmbito local. Esse contraste é ainda maior no Paraná e em Goiás. A proporção do eleitorado que vê tendência negativa no país (49% e 45%, respectivamente) é o dobro da que aponta o mesmo sobre a realidade estadual (23% e 21%).

Apesar da percepção mais pessimista em relação aos rumos da economia brasileira, nos quatro estados, apenas um terço do eleitorado declarou que houve piora na sua própria situação financeira. O índice variou de 34%, em Minas e no Paraná, a 30%, em Goiás. E maior a fatia dos que apontam que ela permaneceu a mesma (41% a 42%, a depender do estado).

## PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO

Na comparação com a última pesquisa nacional da Quaest, a avaliação de que houve recuo nos indicadores da economia é ainda maior nos quatro estados governados pela oposição. Em nível nacional,

são 38% os que veem um cenário negativo, índice sete pontos percentuais acima do registrado no levantamento anterior, de dezembro de 2023.

A alta dos preços de alimentos é um dos focos de preocupação do governo federal, assim como o impacto da polarização política na percepção dos eleitores. Como mostrou O GLOBO, em conversas internas, Lula costuma dizer que a economia é a grande arma na tentativa de angariar mais popularidade e conquistar a simpatia de uma parcela da população que não votou nele em 2022. Caso haja escalada nos preços, a avaliação no Palácio do Planalto é que o impacto na imagem de Lula será ainda maior.

Dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgados anteontem mostraram que a **inflação** desacelerou e subiu 0,16%, a menor variação para março desde 2020. A **inflação** veio mais baixa que o esperado pelo mercado.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Varejo surpreende com crédito, emprego e renda favoráveis

*Lucianne Carneiro e Marta Watanabe*

Sustentado por mercado de trabalho apertado, expansão do crédito, reajuste real do salário mínimo e pagamento extra de precatórios, o volume de vendas do varejo no país surpreendeu mais uma vez em fevereiro, com crescimento muito acima do esperado pelo segundo mês consecutivo. Com um conjunto de indicadores que mostram atividade econômica mais aquecida que o esperado, economistas revisam ou pelo menos colocam viés de alta nas projeções de **PIB** do primeiro trimestre. Para parte deles, porém, esse dinamismo maior pode colocar em risco a desaceleração da **inflação** e afetar a política monetária em curso.

O volume de vendas no varejo restrito subiu 1% em fevereiro, ante janeiro, na série com ajuste sazonal, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo IBGE. O resultado veio na contramão do que indicava a mediana do Valor Data, apurada junto a 26 consultorias e instituições financeiras, de queda de 1,6%. O desempenho também ficou acima do teto das projeções, cujo intervalo ia de queda de 2% a alta de 0,3%. Em janeiro, frente a dezembro, o comércio restrito avançou 2,8% (dado revisado após divulgação de crescimento de 2,5%) e também ficou acima da expectativa mediana do Valor Data, de alta de 0,1%.

No varejo ampliado, que inclui as vendas de veículos e motos, partes e peças, material de construção e atacarejo, o volume de vendas subiu 1,2% em fevereiro contra janeiro. A mediana do Valor Data apontava queda de 1%.

O resultado da PMC de fevereiro mostra que a demanda continua impulsionada pelo pagamento de precatórios e seu impacto na renda das famílias, destaca o economista Gabriel Couto, do Santander. O resultado, diz, traz viés positivo ao cenário de atividade econômica do primeiro trimestre de 2024. A estimativa oficial do banco para o **PIB** dos três primeiros meses deste ano é de alta de 0,7% contra o trimestre anterior, embora o acompanhamento até agora dos dados disponíveis indiquem crescimento de 0,8%, diz Couto.

Para Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, o varejo reflete, além dos precatórios, o

ajuste real do salário mínimo, que é a "cereja do bolo".

Com a divulgação da PMC ontem, diz Leal, a projeção da G5 Partners para o **PIB** do primeiro trimestre foi revisada de alta de 0,5% para alta de 0,9%. Como se estima um segundo semestre mais forte que o primeiro, em razão dos esperados efeitos da queda da taxa básica de juros, a projeção de **PIB** para 2024 também está sob revisão e deve sair de alta de 2,1% para algo em torno de 2,5%, diz Leal.

Rodolpho Tobler, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), ressalta que o crescimento do varejo em fevereiro veio disseminado. A perspectiva é de que o desempenho do setor neste ano deve ser mais positivo, diz, após o ano "desafiador" de 2023. Isso, avalia, aponta para um crescimento do **PIB** em 2024 que pode ser menor que a variação em 2023, mas com composição melhor.

"O que mais puxou o comércio em fevereiro foi o segmento farmacêutico, principalmente a parte de medicamentos, e os bens de uso pessoal e doméstico, com dois meses de decréscimo forte. Essa atividade vem de base baixa de 2023, por causa da crise das lojas de varejo, que gerou fechamento de lojas físicas. E agora estamos vendo reabertura de lojas", disse ontem o gerente da PMC, Cristiano Santos, ao apresentar os dados. Ele destacou também a mudança no comportamento do consumidor, que deixou de concentrar compras em itens básicos-como supermercado-e passou a diversificar mais.

As vendas do comércio avançaram em seis das oito atividades do varejo restrito em fevereiro, na comparação com janeiro, com ajuste sazonal. Além do crescimento em artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria (9,9%) e em outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,8%), houve alta também em livros, jornais, revistas e papelaria, móveis e eletrodomésticos, equipamentos e material para escritório informática e comunicação e tecidos, vestuário e calçados. Houve recuo em vendas de combustíveis e lubrificantes e hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (ver quadro).

No varejo ampliado, houve alta de 3,9% em veículos, motos, partes e peças e queda de 0,2% no material de construção, na série com ajuste sazonal. O atacarejo ainda não dispõe de índice com ajuste sazonal.

"Há uma questão de tração. Os fatores de expansão do crédito vêm se acumulando e ajudaram a ter o segundo mês seguido de alta do varejo. O efeito não é imediato, o crédito demora a expandir e reflete a trajetória de queda de juros. Além disso, a massa de rendimentos que cresceu", afirma Santos.

Se contribui para melhorar as estimativas de **PIB**, a PMC "não ajuda em nada" a política monetária, diz Leal, da G5 Partners. Ele lembra que o IPCA de março mostrou alta pequena, de 0,16%, mas medidas subjacentes continuam preocupando. Para ele, uma perspectiva mais apurada deve vir com a divulgação aguardada para hoje da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), também do IBGE.

Com a divulgação ontem da PMC e o conjunto de dados já disponíveis, o C6 Bank adicionou viés de alta para a projeção de 2,4% para o **PIB** 2024, diz a economista Claudia Moreno. Ela ressalta, porém, que o cenário de crescimento acima do que se considera ser o potencial da economia brasileira dificulta a continuidade da desaceleração da **inflação**. "Por esse motivo, há chance de a autoridade monetária não chegar a uma taxa terminal de juros de 9,25%, nossa atual projeção para a Selic de 2024."

"Fatores de expansão do crédito vêm se acumulando"  
Cristiano Santos

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1&section=1)

# Inflação ameaça plano eleitoral de Biden

*James Politi e Claire Jones*

Um novo aumento da **inflação** nos EUA está minando a mensagem de reeleição de Joe Biden, ameaçando o esforço do presidente para defender seu histórico econômico em uma fase crucial da campanha contra Donald Trump.

O aumento anual de 3,5% do índice de Preços ao Consumidor (IPC) em março seguiu-se a uma alta de 3,2% em fevereiro e de repente tornou mais difícil para Biden argumentar que a **inflação** continua em uma trajetória firme de queda desde que atingiu o maior nível em várias décadas no terceiro trimestre de 2022.

Se os números da **inflação** continuarem aumentando nas próximas semanas, isso poderá também levar o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, a adiar os cortes nas taxas de juros que trariam alívio a muitas famílias americanas, que vêm pagando caro pelos empréstimos contraídos.

Embora a economia tenha criado mais de 15 milhões de empregos no governo Biden, o aumento da **inflação** durante seu mandato provocou dúvidas sobre a maneira como ele vem conduzindo a economia e continua sendo uma de suas maiores fraquezas políticas no caminho para as eleições de novembro.

Desde que Biden chegou à Casa Branca, em 2021, os preços ao consumidor subiram 19%.

Durante entrevista conjunta com o premiê do Japão, Fumio Kishida, também na quarta-feira, Biden disse que ainda acredita que o Fed - que tem uma meta oficial de **inflação** de 2% - reduzirá os juros este ano. "Isso poderá atrasar um mês ou mais", afirmou ele.

Nas pesquisas nacionais de intenção de voto, Biden recuperou algum terreno sobre Trump nas últimas semanas, depois que o ex-presidente manteve uma pequena vantagem no começo do ano. A disputa agora está empatada, segundo a média das pesquisas da Realclearpolitics.com.

Mas o perigo político para o presidente é significativo. O IPC subiu 18,9% desde que ele assumiu o cargo em janeiro de 2021.

Qualquer estagnação no processo de redução da **inflação** poderá ameaçar um avanço de Biden a apenas sete meses das eleições. "As pessoas ainda sentem que os EUA estão com um problema

significativo com a **inflação**", disse ao "Financial Times" Larry Summers, professor da Universidade Harvard e ex-secretário do Tesouro dos EUA. "Seja por se lembrarem do passado, ou porque os juros altos aumentaram o custo do dinheiro, as pessoas ainda sentem que a **inflação** não está totalmente sob controle."

Os republicanos aproveitaram os dados mais altos da **inflação** para atacar as políticas econômicas de Biden. "Claramente há uma falta de conexão enorme entre a Casa Branca e a narrativa deles de que a economia está forte e o custo de vida exorbitante que os americanos estão experimentando", disse em uma entrevista Andy Barr, um membro republicano por Kentucky da Câmara dos Deputados. "A crise inflacionária deste governo continua dolorosa e persistente", acrescentou ele.

Os assessores econômicos de Biden insistem que sua prioridade é combater o ressurgimento das pressões sobre os preços e propuseram políticas elaboradas especialmente para reduzir as despesas das famílias americanas.

O presidente falou sobre os esforços no discurso sobre o Estado da União, no mês passado, e desde então repetiu a mensagem em vários eventos.

"Vamos manter a cabeça baixa e seguir lutando para reduzir os custos de tudo - dos medicamentos sob prescrição até taxas indevidas e os custos com moradia e cuidados infantis", disse Jared Bernstein, presidente do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca.

As autoridades do governo Biden também estão confiantes de que a **inflação** ainda poderá ser domada. Janet Yellen, secretária do Tesouro e ex-presidente do Fed, disse à CNBC na segunda-feira que sua "expectativa" é de que a **inflação** diminua com o tempo. "Tenho esperança de que certamente conseguiremos chegar nos 2%", disse ela, em uma referência à meta oficial de **inflação** do Fed.

Mas outros problemas estão surgindo - especialmente se os preços da gasolina, algo politicamente sensível, continuarem aumentando. Um galão (3,7 litros) de gasolina comum estava custando US\$ 3,62 na quarta-feira, número que era de US\$ 3,39 há um mês. O aumento mensal de 1,7% em março deu grande contribuição para o índice mais alto da **inflação**.

Um porta-voz da Casa Branca disse que os preços da gasolina nas bombas estão "bem abaixo do pico de 2022" e afirmou que as autoridades "sempre observam atentamente o mercado e as tendências". O governo está "empenhado em reduzir os preços nas bombas", disse o porta-voz, observando que a produção de petróleo dos EUA atingiu um recorde.

Mas o aumento dos custos dos combustíveis sempre foi um problema para os presidentes americanos e sob Biden a gasolina no geral está muito mais cara do que durante o mandato de Trump.

Mike Lux, um estrategista democrata, disse que "a **inflação** tem sido um desafio [durante a campanha] e continuará sendo". Mas, afirma ele, eleitores estão começando a atribuir a culpa às grandes companhias e não a Biden.

"Eles estão entendendo muito bem que a principal causa da **inflação** é a ganância corporativa e a manipulação dos preços", disse Lux. "Acho que a campanha de Biden e de outros democratas pode atacar com força esse assunto e contar uma história convincente."

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1&section=1)

# Economia global tem década moma, diz FMI

A economia global enfrenta uma década de "crescimento morno" e "descontentamento popular", mas uma tão temida recessão será evitada, afirmou a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva.

"A realidade preocupante é que a atividade global é fraca segundo os padrões históricos e as perspectivas de crescimento têm desacelerado desde a crise financeira global", disse Georgieva ontem.

Segundo ela, "a **inflação** não foi totalmente derrotada, as reservas orçamentárias foram esgotadas e a dívida aumentou, representando um grande desafio para as finanças públicas em muitos países".

Combater os elevados níveis de dívida seria difícil num ano em que há um número recorde de eleições pelo mundo e num momento de maior ansiedade "devido à incerteza excepcional e a anos de choques", disse ela, acrescentando que as tensões geopolíticas "aumentam os riscos de fragmentação da economia mundial".

Em discurso no Atlantic Council, um centro de estudos de temas internacionais com sede em Washington, a diretora do FMI disse ainda que sem medidas para aumentar a produtividade e reduzir o peso da dívida, o mundo lida com "uma década lenta e decepcionante", um período que ela rotulou como os "anos 20 mornos".

Na semana que vem, Georgieva recebe chefes de bancos centrais e ministros das finanças em Washington, para reuniões do FMI e do Banco Mundial. A expectativa é que ela obtenha apoio para um novo mandato, a partir do segundo semestre. Também na semana que vem, o fundo publicará projeções atualizadas que, segundo ela, mostrarão um quadro melhor do que o que foi apresentado nas projeções divulgadas em janeiro. Na época, o FMI disse que o **PIB** global permaneceria em 3,1% em 2024 e aumentaria para 3,2% em 2025.

O forte crescimento nos EUA e nas grandes economias em desenvolvimento, como Indonésia e Índia, além de uma queda da **inflação** mais acentuada do que o esperado no final de 2023, ajudaram a impulsionar a economia global.

Por outro lado, o principal fator que levou a um crescimento mais fraco foi uma redução significativa da produtividade. Embora juros mais elevados tenham sido eficazes contra a **inflação**, também afetaram custos do serviço da dívida dos governos. "Nas

economias avançadas, excluindo os EUA, os pagamentos de juros sobre a dívida pública representarão, em média, cerca de 5% das receitas este ano", disse ela. "Mas o custo do serviço da dívida é mais doloroso nos países de baixo rendimento."

3,2% **PIB** global de 2025 deverá ser revisto

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1&section=1>

# Pioram cenários externo e interno para a inflação (Editorial)

Uma das possíveis guinadas dos mercados globais está ocorrendo agora: a **inflação** nos Estados Unidos prega peças nos investidores e, em vez de cair, ensaia alta ou mantém-se firme fora da meta. Com isso, o dólar sobe, pressiona as moedas dos emergentes e realinha as expectativas para as taxas de juros em países como o Brasil. O movimento mudou as apostas sobre o nível final da Selic - uma parte importante dos analistas o vê agora mais perto da faixa 9,5%-9,75% do que de 9%, aposta anterior.

O alerta para os investidores soou quando o índice de preços ao consumidor (CPI) nos EUA aumentou de novo, de 3,2% para 3,5% em março. Em fevereiro, havia subido de 3,1 % para 3,2%. Como o Federal Reserve não mexeu nos juros, que permanecem os maiores em 22 anos, o cenário piorou bem. Os títulos do Tesouro americano de dois anos passaram a pagar perto de 5% e os de 10 anos, acima de 4,5%.

Anteontem, o Fed divulgou a ata da reunião mais recente, e a maioria dos argumentos passa longe da ideia de iniciar em breve o processo de corte dos fed funds.

Em primeiro lugar, os membros do Fed não viram qualquer sinal que lhes desse confiança de a **inflação** está se movendo sustentavelmente rumo à meta de 2%. Alguns participantes da reunião indicaram que há riscos geopolíticos em cena que podem criar gargalos importantes na oferta ou aumentos relevantes nos custos do transporte marítimo que podem pressionar os preços para cima, derrubando as taxas de crescimento. Os ataques de Israel a Gaza e da Rússia à Ucrânia, além dos ataques houthis nas rotas de escoamento de petróleo no canal de Suez, podem aumentar os preços da energia, colocando um risco altista na **inflação**.

Antes da divulgação da **inflação** ao consumidor de março, os mercados já registravam um recuo no ritmo previsto de cortes futuros nos fed funds, de três para duas reduções de 0,25 ponto percentual até o fim do ano. Depois que a ata do Fed não sinalizou a menor urgência de que o BC americano vá reduzir os juros em futuro próximo, as apostas dos investidores se distanciaram ainda mais dos prognósticos otimistas do início do ano. Com a alta discreta do CPI e de seu núcleo, alguns investidores passaram a sugerir que o afrouxamento da política monetária não mais terá

início em julho, mas depois de setembro, com chance crescente de apenas um corte em 2024. Uma ala dos investidores começou a desenhar a paisagem de "no landing", ou seja, a economia americana não desaceleraria, apesar da forte restrição monetária, e a **inflação** se manteria acima da meta.

Apesar de ingressar tardiamente no ciclo de aperto monetário, o Banco Central Europeu hoje parece estar em uma posição mais confortável para invertê-lo do que o Fed, contra todas as expectativas anteriores. Um dos motivos é que a desaceleração econômica foi bem mais forte na zona do euro, com alguns países, como a Alemanha, aproximando-se da recessão. O índice de **inflação** no bloco monetário caiu a 2,4%, bem mais perto da meta do que está o Fed. Ainda assim, na reunião de ontem o BCE manteve os juros em 4%. Ao contrário do congêneres americano, porém, alguns membros do banco central se mostraram favoráveis a iniciar logo a queda dos juros.

A reversão das expectativas coloca problemas para o processo de acomodação monetária nos emergentes. No Brasil, as taxas futuras chegaram a saltar acima das vigentes quando se iniciou o processo de redução dos juros, em agosto. O boletim Focus mostrou ligeiro deslocamento no sentido contrário às metas do IPCA de 2024 e 2025, e pode se afastar mais dependendo de variáveis domésticas como o nível de evolução dos salários e do emprego - que começa a ser considerado incompatível com reduções adicionais da **inflação** -, o diferencial de juros em relação aos EUA, o desempenho fiscal e, como resultado da interação desses fatores, o grau de valorização do dólar em relação ao real.

A aprovação pela Câmara dos Deputados, sob inspiração do ministro da Casa Civil, Rui Costa, de um jabuti que subiu no dorso da recriação do Dpvt, seguro contra acidentes com veículos, para permitir já um aumento de gastos de R\$ 15,7 bilhões, e assim obter recursos para emendas parlamentares vetadas pelo presidente Lula, que serão derrubadas, arranhou ainda mais a credibilidade das metas fiscais. A fragilidade delas aumentou depois que os ministros da área econômica insinuaram que o tímido superávit planejado para 2025, de 0,5% do **PIB**, se tornou impraticável.

A redução de 0,5 ponto da Selic na próxima reunião do

Copom está assegurada, mas os passos seguintes se tornaram incertos. Para o presidente do BC, Roberto Campos Neto, o que ocorre nos EUA pode não ocorrer aqui. Ontem, ele apontou o canal do câmbio como fator de transmissão da mudança, que primeiro afeta as expectativas de inflação e "depois afeta a inflação". Ele afirmou que essa dinâmica não está acontecendo. O dólar, no entanto, se valoriza em relação ao real, o que é uma oscilação recorrente, mas uma mudança de patamar consolidada seria preocupante para a evolução do IPCA. O horizonte de queda da inflação tomou-se nublado e duvidoso.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840?page=1&section=1)**

# Conab faz novo corte em estimativa de colheita

**Grãos Fernanda Pressinott De São Paulo (Colaborou Lucianne Carneiro, do Rio)**

O clima adverso, agravado pelo fenômeno El Niño, levou a mais um corte nas estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra de grãos 2023/24. No levantamento que publicou na quinta-feira (11/4), o sétimo da temporada, a estatal estimou produção de 294,1 milhões de toneladas no país, um volume 1,5 milhão de toneladas inferior à projeção do mês passado. Caso a nova estimativa se confirme, a colheita será 8% menor que a da safra 2022/23, que foi recorde.

O El Niño afetou as lavouras desde o início do plantio da safra até as fases de desenvolvimento das plantações. Isso reduziu a produtividade média, que saiu de 4.072 quilos para 3.744 quilos por hectare, segundo a Conab.

De acordo com a nova projeção, a colheita de soja, que está em fase final, deve cair 5,2% em relação à temporada passada, para 146,5 milhões de toneladas. A estimativa deste mês é 0,2% menor que a de março.

A projeção para o milho de verão, de 23,4 milhões de toneladas, ficou praticamente estável em comparação com a anterior, mas é 14,7% inferior ao resultado de 2022/23. Já para a colheita de milho de inverno, a Conab fez um corte de 2% na estimativa, para 85,6 milhões de toneladas, volume 16,4% menor que o de 2022/23. O plantio fora da janela ideal afetou a produção, segundo a Conab. Consideradas as três safras de milho, o país deve colher 110,9 milhões de toneladas, ou 15,9% menos do que no ciclo passado.

Com a queda na produção do cereal, a Conab também reduziu as estimativas de exportação do produto na safra 2023/24. A nova projeção é de embarques de 31 milhões de toneladas, volume 43,3% menor que o do ciclo passado.

No caso do feijão, a Conab elevou a estimativa em relação ao cálculo anterior, e no do arroz, manteve a projeção. A melhora da oferta dos dois produtos pode aliviar a **inflação** no mercado doméstico.

Para o feijão, que tem três ciclos de cultivo dentro da temporada, a Conab estima agora colheita de 3,2 milhões de toneladas, ou 5,8% mais que em 2022/23 e

200 mil toneladas acima da projeção do mês passado. A colheita de arroz, por sua vez, deve somar 10,57 milhões de toneladas, ou 5,3% a mais do que na safra passada.

A estatal também prevê crescimento na produção de algodão em pluma, que deve chegar a 3,6 milhões de toneladas, ou 13,4% mais que em 2022/23. Em relação à estimativa anterior, o aumento foi de 1,1%. Segundo a Conab, o crescimento da produção reflete a expansão da área de plantio, que passou de 1,7 milhão de hectares para 1,9 milhão de hectares. O aumento de área deveu-se, principalmente, dos altos preços da pluma no mercado externo.

Para o trigo, a Conab estima produção de 9,73 milhões de toneladas. O volume é 1,5% superior à previsão de março e 20,2% maior que o da safra 2022/23.

Também na quinta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou sua estimativa para a safra brasileira de grãos, que tem número superior à estimativa da Conab. A colheita da safra 2024 deve somar 298,3 milhões de toneladas, segundo o IBGE. O volume ficou 0,8% abaixo da previsão anterior e, caso se confirme, será 5,4% inferior ao de 2023.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187840>

# Mau humor continua a afetar ativos locais

**Victor Rezende, Gabriel Roca, Eduardo Magossi e Augusto Decker De São Paulo**

Os desdobramentos da **inflação** ao consumidor acima do esperado nos Estados Unidos em março continuaram a pressionar os mercados domésticos na sessão de ontem. Mesmo a tentativa de alívio no exterior não conseguiu impedir que o mau humor em relação aos ativos brasileiros predominasse, o que gerou uma nova sessão de queda do Ibovespa, alta do dólar e escalada dos juros futuros aos níveis mais altos do ano.

A curva de juros continuou a sofrer diante da exigência maior dos investidores por prêmios e, assim, o mercado passou a embutir nos preços a chance de o ciclo de cortes na Selic terminar em junho, com uma taxa próxima a 10%. A forte surpresa com as vendas do comércio varejista brasileiro em fevereiro adicionou incerteza às perspectivas para o ciclo de flexibilização monetária no Brasil. Assim, a taxa do DI para janeiro de 2025 subiu de 10,02% para 10,09%.

O profissional da tesouraria de um banco local aponta que, aparentemente, a exposição dos fundos locais aos juros dos EUA desempenhou papel relevante no "sell-off" (venda generalizada) no Brasil na quarta-feira. "E isso é especialmente importante porque a qualidade e o nível da **inflação** doméstica foram muito bons, para dizer o mínimo", diz o profissional, referindo-se ao IPCA. Nas redes sociais e em mensagens que circularam em grupos com participantes do mercado, o desempenho negativo de alguns fundos macro na terça-feira foi um sinal de alerta.

Esse profissional afirma, ainda, que operadores relataram diferentes fundos multimercado "tomando" juros (apostando na alta das taxas) e liquidando a exposição às NTN-Bs, títulos públicos indexados à **inflação**. "Isso está causando muitas distorções na curva de juros e também na curva de **inflação**", aponta. Não por acaso, as taxas das NTN-Bs de longo prazo voltaram a subir ontem e já ultrapassaram o nível simbólico de 6% com alguma folga. A taxa da NTN-B para maio de 2045 chegou a 6,025%.

O estresse na renda fixa se estendeu, ainda, ao mercado de câmbio, onde o dólar voltou a renovar a máxima do ano, ao subir 0,25%, a R\$ 5,09. O real, inclusive, voltou a sustentar um dos piores desempenhos entre as moedas mais líquidas do globo na sessão de ontem, o que foi atribuído por alguns

operadores a fatores técnicos locais.

"O real tem tido um desempenho pior que os pares recentemente. Acho que uma parte é o pessimismo local e outro fator pode ser esse fluxo pontual das NTN-As", avalia um gestor de moedas. Para ele, o câmbio pode mostrar um comportamento mais volátil amanhã na esteira desse fator técnico. "Amanhã [hoje] será um dia chave para saber se quem comprou dólar foi por pessimismo com o real ou só por causa do fluxo das NTN-As." De acordo com dados da B3, somente na sessão de terça-feira o investidor estrangeiro elevou sua posição comprada em dólar via derivativos (dólar futuro, cupom cambial, swap cambial e dólar mini) em significativos US\$ 3,1 bilhões. Já o investidor institucional doméstico reduziu a posição vendida em dólar em US\$ 712,8 milhões.

Na renda variável, a tentativa de recuperação das bolsas em Nova York, com alta de 0,74% do S P 500 e de 1,68% do índice eletrônico Nas-daq, não se refletiu no desempenho da bolsa brasileira, que foi atingida pela alta dos juros futuros. O Ibovespa, assim, terminou o pregão em queda de 0,51%, aos 127.396 pontos.

Apesar da alta das bolsas em Nova York, os investidores continuam apostando em menos cortes de juros este ano nos EUA, com o início do afrouxamento monetário devendo acontecerem setembro. Segundo os contratos futuros dos Fed funds, compilados pelo CME Group, há 45% de possibilidade de um primeiro corte em setembro, enquanto há 30% de chance de que o Federal Reserve (Fed) mantenha os juros inalterados nessa reunião.

Em revisão de cenário publicada ontem, os economistas do Bank of America passaram a ver apenas uma redução nos juros americanos neste ano, em dezembro.

Na visão da presidente da distrital de Boston do Fed, Susan Collins, os dados de **inflação** corrente mostram que não há necessidade de cortar os juros imediatamente e sugerem paciência, não urgência. Na leitura do mercado, as declarações da dirigente reforçam a percepção de que uma possível flexibilização monetária nos EUA deve ocorrer somente no segundo semestre.

6,025% foi o nível da taxa da NTN-B 2045 no fim do dia, o maior do ano

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840>

# BCE mantém juros e mercado vê corte em junho, antes do Fed

**Eduardo Magossi De São Paulo**

O Banco Central Europeu (BCE) manteve as taxas de juros inalteradas na reunião do comitê de política monetária realizada ontem e, pela primeira vez desde que começou a subir os juros, em julho de 2022, acenou com a possibilidade de iniciar o afrouxamento monetário em breve. Com o aceno, o mercado passou a apostar em um primeiro corte em junho. Se isso acontecer, o BCE irá mostrar que segue um caminho independente das decisões do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), que não deverá cortar juros tão cedo.

Com a decisão de ontem, a taxa de referência foi mantida em 4%, a taxa de refinanciamento ficou em 4,5% ao ano e a taxa de empréstimos, em 4,75%. "Se a avaliação atualizada do banco central sobre as perspectivas e dinâmica da **inflação** subjacente e a força da transmissão da política monetária aumentarem ainda mais sua confiança de que a **inflação** está convergindo para a meta de forma sustentada, seria apropriado reduzir o nível atual de restrição", diz o **comunicado**, que retirou cirurgicamente a frase "manter os juros em território restritivo por um longo período", presente nos comunicados anteriores.

Em entrevista coletiva após a decisão, a presidente do BCE, Christine Lagarde, disse que as pressões inflacionárias seguem em queda na zona do euro, mas que os membros do comitê de política monetária precisam de mais confiança de que a **inflação** seguirá para a meta. "Não vamos ter uma desaceleração linear da **inflação** nos próximos meses, e enfrentaremos alguns solavancos no caminho", disse ela. Lagarde estima que a meta de **inflação** de 2% será atingida apenas em 2025, mas diz que não vai esperar chegar a esse objetivo para agir.

"Estamos dependentes de dados e na próxima reunião, em junho, teremos muito mais dados e novas projeções para ter mais confiança para cortar os juros", disse. Questionada sobre o impacto do aumento da **inflação** americana - que na terça-feira veio acima do esperado em março e pode levar o Fed a adiar os cortes de juros previstos até então para junho - nas decisões do BCE, Lagarde reiterou que a autoridade monetária europeia é "dependente de dados, e não do Fed".

A frase dita por Lagarde levou economistas a projetarem que o BCE vai trilhar caminho independente do Fed nos próximos meses. Segundo eles, a expectativa é que, começando em junho, o BCE reduza sua taxa de referência em 1 ponto percentual até o fim do ano, de atuais 4% para 3%.

Segundo Jack Allen-Reynolds, economista da Capital Economics, ao dizer na coletiva que o BCE depende de dados e não do Fed, Lagarde aponta para o momento do primeiro corte em junho, diferente do BC americano, que deverá manter seus juros inalterados na próxima reunião. Nick Bennenbroek, economista do Wells Fargo, tem a mesma opinião. Segundo ele, o **comunicado** do BCE pavimentou o caminho para um corte de juros em junho. "O BCE citou a desaceleração da **inflação** subjacente e a moderação do crescimento salarial. Além disso, Lagarde sugeriu que, se as projeções atualizadas confirmarem uma melhora no cenário de **inflação**, o afrouxamento da política seria apropriado na reunião de 6 de junho", disse.

Para o economista Carsten Brzeski, do banco ING, mesmo que o anúncio de ontem não mencione explicitamente junho como o momento para um primeiro corte nas taxas, a reunião parece ter sido a última antes do corte. "A queda mais rápida do que o esperado da **inflação**, bem como o crescimento anêmico, abriram a porta para alguns cortes nas taxas. No entanto, a relutância demonstrada na coletiva ilustra que o BCE não tem qualquer intenção de reverter totalmente o aumento das taxas iniciado em julho de 2022, mas sim fazer ajustes, com um ligeiro afrouxamento de uma posição ainda restritiva", disse ele, que espera redução de não mais que 0,75 ponto percentual em 2024.

"Na próxima reunião teremos muito mais dados e projeções para ter mais confiança para cortar juros" Christine Lagarde

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187840>

# A tentação dos bancos centrais e o risco

Os bancos centrais devem resistir á tentação de cortar juros cedo demais e correr o risco de um ressurgimento da **inflação** e de um novo período de aperto monetário, disse ontem a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva. Em discurso antes de uma reunião semestral de formuladores de política econômica do mundo todo, na próxima semana, ela celebrou o progresso na redução das taxas de **inflação** ao longo do ano passado, após aumentos acentuados dos juros pelos bancos centrais, mas fez um alerta. "Quando necessário, os responsáveis por política monetária devem resistir aos pedidos de cortes antecipados nas taxas de juros", disse. "A flexibilização prematura pode trazer novas surpresas de **inflação** que podem até exigir um novo período de aperto monetário." Georgieva falou um dia após dados de **inflação** ao consumidor nos EUA abalarem os mercados financeiros, aumentando o temor de que o Federal Reserve (Fed) não cortará juros tão cedo.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187840>